BOLETIM anped

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação

10ª REUNIÃO ANUAL

EDUCAÇÃO BRASILEIRA:

Dos Dispositivos Constitucionais às Diretrizes e Bases

Salvador, 11 a 15 maio 1987

Universidade Federal da Bahia

VOLUME 9 Nº 2-3 ABRIL/SET. 1987

NOTA EDITORIAL

A **X Reunião Anual da ANPEd** realizou-se em Salvador, nos dias 11 a 15 de maio de 1987 e contou com a presença de cerca de 300 associados vindos do Distrito Federal e de todos os Estados, à exceção de Acre e Rondônia. As maiores representações foram as da Bahia (61 participantes), São Paulo (45 participantes), Rio de Janeiro (38 participantes), Pernambuco, Minas Gerais e Distrito Federal (17 participantes cada um).

Seguindo a estrutura da reunião anterior, a X Reunião ofereceu aos participantes a oportunidade de debater, na parte da manhã, um tema geral, a partir de conferências apresentadas por expositores especialmente convidados. Na parte da tarde foram realizadas as reuniões dos Grupos de Trabalho e as Reuniões Especiais.

A forte motivação dos trabalhos do Congresso Constituinte, a intensa articulação das entidades no **Forum Nacional da Educação em Defesa do Ensino Público e Gratuito,** nela incluindo as solicitações e o apoio de vários deputados constituintes, garantiram a nota política da reunião. A rigor, marcaram-na desde a preparação: pela primeira vez, a proposta de temário feita pela Diretoria foi questionada e substituída, não por ter negada sua importância, mas pela urgência de serem abordados temas que empolgavam as amplas discussões travadas na Constituinte.

Por outro lado, o investimento nos Grupos de Trabalho, desde a IX Reunião e ao longo de todo o ano, rendeu frutos. Os GTs assumiram relevância ímpar no encontro, abordando com profundidade os temas de pesquisa que lhes cabiam.

Sem falsa modéstia, pode-se afirmar que aconteceu, em Salvador, uma excelente reunião anual, das melhores que a Associação pôde realizar. Nela ombrearam-se, tanto nas conferências quanto nos trabalhos de grupos, as dimensões política e acadêmica. Graças ao esforço dispendido, ao apoio das agências, ao trabalho realizado e à hospedagem carinhosa, sobreleva uma ANPEd que se firma e que se projeta cada vez mais no cenário nacional.

OSMAR FÁVERO
Presidente

X REUNIÃO ANUAL DA ANPEd
Salvador (11 a 15 de maio 1987)
PROGRAMAÇÃO

Dias / Períodos	11 – 2ª FEIRA	12 – 3ª FEIRA	13 – 4ª FEIRA	14 – 5ª FEIRA	15 – 6ª FEIRA
Manhã 09:00 às 12:00 h		ABERTURA[1] EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE • Dep. Otávio Elisio • Funcionamento do Congresso Constituinte e da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte • Dispositivos constitucionais sobre educação • Forum da educação Exposição e debates Organização dos trabalhos	EM DIREÇÃO AS NOVAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO Prof Dermeval Saviani[2] Exposição e debates	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO • Jacques R.-Velloso AUTONOMIA E GESTÃO DA UNIVERSIDADE • Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero ENSINO FUNDAMENTAL: 1º E 2º GRAUS • Octávio Augusto de Araujo Tavares	ASSEMBLÉIA a) Discussão e aprovação das conclusões do tema básico b) Apresentação e discussão dos relatórios dos Grupos de Trabalho c) Diversos • Relatório da gestão 1985/87 • Moções e recomendações • Anuidades próximo período
Tarde 14:00 às 17:00 h	Reunião dos Coordenadores de Programas e de Grupos de Trabalho	Grupos de Trabalho	Grupos de Trabalho	Grupos de Trabalho	Reunião dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação
Final da tarde 17:30 às 19:00 h	Inscrições	Assembléia sobre Processo Eleitoral	Reuniões Especiais • V CBE • Formação do educador • Programa de intercâmbio de pesquisa • Educação e Sociedades Comparadas	Reuniões Especiais • IV Seminário de Pesquisa da Região Sudeste • Forum de Educação	

[1] A Sessão de Abertura contou com a presença do Governador do Estado, do Reitor da UFBa e da Secretária de Educação e Cultura da Bahia.

[2] Lançamento do livro "Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino", de autoria do Professor Dermeval Saviani, à noite deste mesmo dia.

TEMA GERAL

Acolhendo as inúmeras sugestões recebidas no sentido de centrar a X Reunião nas questões relacionadas à Educação e Constituinte e começar a discutir nela propostas visando o início dos debates em torno das novas diretrizes e bases da educação nacional, a Diretoria da ANPEd decidiu que o tema central da X Reunião seria: *Educação Brasileira: dos dispositivos constitucionais às diretrizes e bases.*

Em torno a este tema foram programadas as conferências e debates da parte da manhã. O mesmo tema serviu também como pano de fundo para as discussões e debates dos Grupos de Trabalho, na parte da tarde.

Os expositores especialmente convidados para as conferências foram o Deputado Constituinte Otávio Elísio Alves e os professores Dermeval Saviani, Jacques Velloso, Maria de Lourdes Fávero, Otávio Augusto de Araujo Tavares e Neide Varela.

Conferências

O Deputado Otávio Elísio, em sua conferência, partiu do princípio que a nova Constituição não poderia mudar de uma hora para outra a realidade econômica, social e política do país mas deveria apresentar os marcos e os rumos desta mudança, a ser realizada pela sociedade. Assim, a Constituição deveria ser a Constituição real, isto é, aquela Constituição que resultasse do desejo das forças de poder que atuam a nível da sociedade. O documento do *Forum Nacional da Educação* na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito que contém o resultado da reflexão e do trabalho político que as entidades de educação produziram nos últimos anos, mostra o caminho a ser seguido para se chegar a esta Constituição real, em termos de educação. A partir destas colocações iniciais, o conferencista detalhou a sistemática de trabalho adotada pelo Congresso Constituinte, buscando identificar as formas e os momentos de participação popular nestes trabalhos, e comentou o Anteprojeto do Relatório da Subcomissão de Educação, que havia sido apresentado, em versão provisória, no dia anterior, pelo Relator da Subcomissão.

Dermeval Saviani ocupou-se do tema "Em direção às novas diretrizes e bases da educação nacional". Para Saviani, a Nova República apresenta-se como um regime político ambigüo. A "transição democrática", considerada do ponto de vista dos dominantes, significa o retorno ao leito da democracia restrita e a retomada da estratégia de conciliação. Do ponto de vista dos dominados, trata-se de uma transição para uma democracia plena. Esta oposição está presente nas lutas que se travam no país, hoje, inclusive nas lutas em torno da nova Constituição. E estará também presente nas lutas em torno da formulação das novas diretrizes e bases da educação. Do ponto de vista dos grupos tradicionalmente dominantes, reedita-se o processo vivido por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. Os diferentes grupos se organizam e colocam todo o peso de sua influência e de seu poder econômico para fazer prevalecer os seus interesses, tanto na Constituição como nas leis complementares ordinárias. Em vista disto, torna-se necessário discutir quais os mecanismos que devem ser acionados para garantir que determinadas conquistas sejam mantidas e determinadas aspirações se concretizem. Tais mecanismos situam-se tanto a nível da sociedade política (Parlamento) como a nível da sociedade civil (partidos políticos e partidos ideológicos). Para a utilização destes mecanismos, no sentido de garantir avanços mais significativos, torna-se necessário estabelecer um modelo, a partir da defi-

nição daquilo que se espera da escola, em cada nível de ensino. Saviani propõe que, neste modelo, o ensino de 2º grau seja encarado sob o ponto de vista da idéia de politecnia e organizado na forma de uma educação que articule explicitamente o trabalho produtivo com a formação intelectual. Quanto ao ensino superior, deve-se distinguir entre ensino superior propriamente dito, de caráter profissionalizante, e as academias, nas quais o acesso à cultura superior esteja aberto a todos, independentemente da função que exerçam na sociedade. Esta concepção de sistema de ensino articula-se com uma visão de sociedade democratizada, na direção de uma crescente socialização, que levaria à eliminação dos privilégios vinculados a determinadas carreiras. Tal concepção seria também incompatível com privilégios para a iniciativa privada. Este tipo de sistema de ensino não poderia ser organizado a não ser a partir da iniciativa pública, aglutinando todos os recursos públicos para a sua viabilização;

Jacques Velloso ocupou-se das questões relacionadas com o *financiamento da educação*. Levando em conta a orientação assumida pela Constituinte com relação à questão das verbas públicas para educação, propôs uma estratégia capaz de garantir, por um lado, o princípio da destinação exclusiva das verbas públicas para o ensino público e, por outro lado, encontrar uma saída para a sobrevivência de algumas instituições privadas de bom padrão e de fins efetivamente não lucrativos. Tal saída passaria por uma diferenciação muito clara, na futura Lei de Diretrizes e Bases, de três tipos de instituições de ensino: públicas ou oficiais, comerciais e instituições de fins não lucrativos, e pela criação de uma "lei Sarney" para educação: benefícios fiscais para pessoas físicas ou empresas privadas que destinassem recursos para instituições privadas de ensino de fins não lucrativos. Jacques Velloso ocupou-se a seguir da questão do Salário-educação, denunciando a concepção privatista que orienta sua aplicação, desde o momento em que foi criado, e propondo a sua caracterização como "coisa pública": obrigação de todas as empresas recolherem o Salário-educação como tributo, e proibição da utilização dos recursos do mesmo para bolsas de estudo. Finalmente, o conferencista analisou a concepção empresarial da Reforma Universitária, a saber, a idéia de que o Estado não tem obrigação total de dar à Universidade os recursos necessários para a sua sobrevivência e, conseqüentemente, que a Universidade tem obrigação de captar recursos extras, através de convênios.

Maria de Lourdes Fávero tratou, em sua conferência, das questões relacionadas com a *autonomia e a gestão das Universidades Brasileiras*. Analisou detalhadamente a forma como as questões relacionadas com a autonomia universitária e com a estrutura do poder decisório foram tratadas nas instituições universitárias, em decorrência da reforma de 1968, e nas proposições recentemente apresentadas, através da Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior e do GERES. A estas disposições, a conferencista contrapôs as propostas alternativas apresentadas pela comunidade acadêmica, especialmente através das associações de docentes. No final, analisou alguns pontos mais significativos em relação ao ensino e às instituições universitárias, com vista à elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases: a autonomia universitária, o processo de democratização interna nas instituições de ensino superior, a vinculação ensino-pesquisa e a questão da qualidade do ensino.

Otávio Augusto de Araújo Tavares apresentou, em sua conferência, documento elaborado com a colaboração de Neide Varela Santiago e Arnon Alberto de Andrade, intitulado *Ensino Fundamental a Nível de 1º e 2º Graus: problemas e perspectivas para uma nova definição de diretrizes e bases de educação nacional*. Partindo de uma concepção da escola como instituição do saber sistematizado pelo homem para a maioria da população, discutiu alguns problemas básicos do ensino de 1º e 2º graus. Com relação ao ensino fundamental, tais problemas são: a falta de autonomia administrativa e pedagógica das escolas e a estrutura autoritária e a centralização de decisões a nível das Secretarias de Educação. Para

enfrentar estes problemas, o conferencista propôs a requalificação do pessoal envolvido com a educação, a elaboração de uma política ministerial que valorize o ensino formal, a vinculação da pré-escola com o 1º grau, a ampliação da rede física para o ensino público, uma definição mais clara do significado da preparação para o trabalho na escola e a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola. Com relação ao 2º Grau, os problemas principais são: a diversidade de prédios e equipamentos, a capacidade ociosa de alguns turnos, a jornada de trabalho dos jovens em idade escolarizável, a má qualidade do ensino e a profissionalização. Segundo Otávio Augusto, levando-se em conta estas questões e partindo-se dos princípios gerais da *Carta de Goiânia*, será possível elaborar propostas de diretrizes gerais e específicas para serem apresentadas aos membros do Congresso Constituinte.

Produtos

Estas conferências, os debates que se seguiram a cada uma delas e as discussões travadas nos Grupos de Trabalho levaram à elaboração de dois documentos, que foram aprovados durante a Assembléia Geral do dia 15 de maio. O primeiro constitui-se de um ofício que foi entregue a todos os 21 deputados que integravam a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, do Congresso Constituinte. Foi redigido a partir da análise da versão preliminar do relatório apresentado pelo Senador João Calmon à referida Subcomissão, em confronto com a proposta elaborada pelo *Forum da Educação*. A Comissão Especial, encarregada de elaborar este documento, durante a X Reunião, foi constituida por Elizabeth Pompeo Camargo e Ivany Pino, do CEDES, Elba Sá Barreto, da ANDE; Maria Beatriz Luce, da ANPAE; Orlando Jóia, do CEDI; Regina Leite Garcia, da FENOE; Ivoneide Anacleto Porto, Isaura Belloni, Jacques Rocha Velloso, Luiz Antônio Cunha e Maria Célia Simon, da ANPEd. O segundo documento, *Em Direção às Novas Diretrizes e Bases*, sintetiza as proposições e sugestões colhidas nas conferências e nos debates realizados durante as manhãs da X Reunião, assim como algumas contribuições específicas dos Grupos de Trabalho. Este documento foi elaborado por uma Comissão composta por Selma Garrido Pimenta (PUC/SP), Arnon Andrade (UFRN) e Ira Maria Maciel (UERJ). Apresentamos, a seguir, os referidos documentos.

Ofício

Exmo. Sr.
Constituinte
Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes
Congresso Nacional Constituinte
Brasília, D.F.

Os educadores presentes à X Reunião Anual da ANPEd, realizada em Salvador de 12 a 15 de maio corrente, tomaram conhecimento do Relatório da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, que contém a análise das propostas de constituintes, entidades e cidadãos e o anteprojeto de texto constitucional, em sua versão preliminar. Constataram, com satisfação, o registro da preocupação do Relator em manter e aprofundar o espírito democrático que orientou, desde a primeira sessão, todos os trabalhos da Subcomissão.

A realização das audiências públicas, por esta e demais subcomissões temáticas, expressou a intenção dos senhores constituintes de garantir um processo politicamente legitimado de elaboração do texto constitucional. Acredita-se que seja também disposição de Vossa Excelência incorporar à Constituição, de forma clara e inequívoca, medidas que assegurem a concretização dos anseios e o atendimento das necessidades da população brasileira, expres-

sas, entre outras formas, nas reivindicações das entidades que a representam.

A proposta do FORUM DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE, submetida em audiência pública à Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, é resultado da consolidação das proposições que cada uma das quinze entidades (científicas, profissionais e sindicais) elaborou, discutiu e aprovou em foros democráticos internos, após longa e madura reflexão de cidadãos trabalhadores da educação, estudantes e profissionais de vários setores da sociedade civil. Tal proposta visa apontar os caminhos e as medidas indispensáveis para a transformação do sistema educacional, tornando-o comprometido com a justiça social e com o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

É, ainda, conveniente destacar à atenção de Vossa Excelência que a proposta do FORUM foi aprovada e endossada, também, por entidades representativas dos anseios da classe trabalhadora, de profissionais liberais e de cientistas como, por exemplo, a CUT, a CGT, a OAB e a SBPC. Foi, igualmente, referendada pelo Conselho de Secretários de Estado da Educação em sua última reunião, no dia 8 de maio corrente, em Recife. Outras entidades representativas da sociedade civil, tais como aquelas que tratam especificamente das questões do menor, dos negros, dos povos indígenas, das mulheres, submeteram às suas respectivas subcomissões medidas e proposições compatíveis e convergentes àquelas propugnadas pelas entidades integrantes do FORUM.

À hora em que se busca dotar o País de uma nova ordem social, política e econômica, inscrevendo em sua Constituição os princípios que norteiam os direitos do cidadão e os deveres do Estado e da sociedade quanto à educação, crêem os educadores ser indispensável oferecer toda a colaboração no sentido do aperfeiçoamento do anteprojeto em exame nessa subcomissão. Assim entendendo, vêm encaminhar à Vossa consideração algumas reflexões.

1. É manifesto o empenho do Relatório em apontar medidas para a universalização do ensino fundamental. É notória a sua correta preocupação de indicar os princípios para a valorização do magistério, através do estabelecimento da carreira e das condições para o exercício condigno da profissão. Ressalta-se a consagração dos princípios filosóficos e éticos da liberdade de pesquisa e comunicação e do respeito ao pluralismo de idéias.

Merece, ainda, destaque a diretriz que afirma a participação de todos os integrantes do processo de ensino nas suas decisões. Estes aspectos do Relatório guardam estreita relação com os reclamos da população brasileira.

2. A educação se realiza em diferentes instâncias da sociedade e deve basear-se em princípios democráticos. O *ensino*, modalidade institucional de educação, é direito de todos e dever do Estado. Nesse sentido, torna-se redundante a referência à promoção da *educação* com "a colaboração da família e da comunidade".

A garantia do direito ao ensino exige a definição explícita de que é dever do Estado o seu provimento através do sistema público. Requer, ainda, fixação do princípio da gratuidade no ensino público. Ambos princípios estão enunciados, por exemplo, na proposta do FORUM DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE.

3. O Relatório registra a tendência majoritária em afirmar o direito de todos os brasileiros à educação pública e gratuita, assim como o correspondente dever do Estado de criar as condições para a sua universalização. No entanto, no anteprojeto, a gratuidade no ensino público é assegurada apenas para os 8 anos da obrigatoriedade escolar; o anteprojeto é omisso quanto a gratuidade nos demais níveis do ensino público.

A abrangência do direito à educação gratuita em todos os níveis de ensino é proposta pe

la maioria das entidades ouvidas, por se constituir um imperativo da formação do cidadão e do desenvolvimento do país.

4. O princípio que revela, de modo mais claro, a expressão da vontade política da Constituinte no que tange à educação é, com certeza, o referente à destinação das verbas públicas. Aí tem Vossa Excelência espaço para definir-se, em concordância com o preceito reivindicado pela ampla maioria das entidades que vêm se manifestando publicamente e inclusive nas audiências da Subcomissão. Este é o da exclusividade dos recursos públicos para o ensino público, com a conseqüente interdição da ajuda governamental às instituições particulares de ensino.

O Relatório anuncia o consenso das entidades do FORUM, que representam professores de todos os níveis de ensino, das redes públicas e privada, especialistas em educação, cientistas, funcionários de universidades, estudantes secundaristas e universitários, mas não só! Esta é, também, a reivindicação de trabalhadores e profissionais, representados por suas centrais sindicais ou entidades de classe. Esta é, ainda, a proposta de outras organizações representativas, como o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e a Associação Nacional de Professores de Prática de Trabalho.

Sugestões de exceção a este princípio, por outro lado, foram também recebidas. Mas é importante que não se deixe de considerar sua intenção e representatividade. Aliás, os educadores signatários crêem, inclusive, que não se deva considerá-las indiscriminadamente.

Conforme o Relatório, às páginas 55 e 56, apenas três entidades (AEC, CRUB e CNEG) propugnaram por incluir como destinatários das verbas públicas além das instituições públicas de ensino, as que satisfaçam a condições específicas, tais como: não distribuição de lucros e contribuição relevante a cultura, ensino e pesquisa. Somente por dedução pode-se depreender que algumas outras entidades, citadas à página 17, manifestaram-se contrárias ao princípio profundamente alastrado na destinação exclusiva das verbas públicas às escolas públicas.

Tem-se, então, com toda a clareza, que o clamor de base popular e profissional é contraposto somente pelos interesses de ordem mais particular. São apenas as entidades que representam proprietários de estabelecimentos privados de ensino ou dirigentes confessionais quem busca angariar recursos para viabilizar seus projetos educacionais.

E, justamente, esta proposta é a que tem guarida no anteprojeto em discussão colidindo com o espírito democrático que a nova Constituição há de consagrar. É imperativo, pois, a supressão dos artigos 14 e 15 do atual anteprojeto.

5. A laicidade do ensino público é um importante valor dos fundadores da República, que precisa ser recuperado pela nova Constituinte. A defesa do laicismo, como requisito de democratização do ensino, implica não privilegiar um credo em detrimento de outros. O ensino público não pode, portanto, incluir em seu currículo qualquer religião.

Laicismo não pode ser confundido com ateismo. O Estado republicano não tem religião oficial. Torna-se necessária a defesa do ensino laico a fim de garantir a liberdade religiosa e de pensamento, possibilitando a manifestação de todos os credos, mesmo daqueles não reconhecidos oficialmente como religião.

Apesar de apontar a tendência à laicidade da maioria das entidades, o anteprojeto optou por preservar o espírito vigente na atual Constituição. Em respeito ao democrático direito de opção religiosa de cada família, os educadores consideram necessária a supressão do artigo 5º do anteprojeto.

6. A educação, pelo seu compromisso com a justiça social e com o desenvolvimento científico e tecnológico, requer um processo democrático em sua gestão política e administrativa, a fim de que possa cumprir suas finalidades. É indispensável que o texto constitucional explicite claramente os mecanismos que garantam a implantação de princípios democráticos para a elaboração, execução e controle da política educacional.

7. A Constituição deve encaminhar a formulação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com vistas a assegurar uma proposta coerente e articulada do ensino em todos os níveis e modalidades, assim como em todas as instâncias administrativas que o tiverem a seu cargo.

Esta lei deverá fixar os objetivos do ensino, estabelecer sua organização, atribuir os recursos necessários ao cumprimento de suas finalidades, definir as responsabilidades das diferentes instâncias de governo e oferecer coordenadas para o funcionamento dos conselhos normativos ou consultivos e para a normatização e fiscalização dos estabelecimentos privados, bem como outras questões pertinentes.

É recomendável, ainda, para não repetir experiência histórica anterior, que seja explicitado um prazo de, por exemplo, 180 dias de efetivo funcionamento do Congresso para a promulgação da nova Lei.

Senhor Constituinte, as reflexões dos educadores acima expostas, salientam os aspectos mais cruciais de definição política quanto aos rumos e providências em prol da educação nacional.

Os educadores reafirmam sua confiança de que o espírito democrático e de justiça social, que tem caracterizado a atuação política de Vossa Excelência, há de subsidiar uma pronta e enérgica atuação no sentido de garantir, à sociedade brasileira, o texto constitucional que lhe foi confiado elaborar em consonância com os interesses maiores da Nação.

Salvador, 15 de maio de 1987
Assembléia Geral da ANPEd

EM DIREÇÃO ÀS NOVAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Os educadores brasileiros, presentes à *X Reunião da ANPEd*, entendem que além da inclusão na Constituição Brasileira dos princípios que garantam a democratização das oportunidades educacionais, encaminhadas pelo *Forum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público Gratuito*, os problemas da educação devem também ser abordados em detalhes, em Lei Complementar, de forma a conduzir o Estado ao cumprimento dos preceitos constitucionais e possibilitar o acompanhamento e a cobrança destes preceitos por parte da população.

Esse posicionamento é fruto de um trabalho acadêmico e político dos educadores, organizados em suas entidades, do convívio com os problemas educacionais em sua prática profissional e de sua preocupação com os indicadores da falência do sistema de ensino de 1º, 2º e 3º graus, degradado em qualidade e extensão ao longo dos anos.

Assim, os educadores presentes na *X Reunião Anual da ANPEd* recomendam que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, refletindo o momento histórico, incorpore as seguintes propostas:

- que sejam contemplados os vários níveis de ensino de modo articulado, configurando um projeto político da educação nacional, que atenda também às necessidades concretas da população em termos de alfabetização, educação de adultos e na busca da socialização da educação como condição de cidadania;
- que se expressem claramente os patamares básicos obrigatórios da educação escolar a serem efetivados pelo Estado brasileiro a nível

nacional, superando as desigualdades regionais;

- que se estabeleçam mecanismos de acompanhamento e controle das fontes, da destinação e da quantidade de recursos para a educação, a fim de garantir o uso exclusivo de recursos públicos para o ensino público;
- que seja definido e assegurado o exercício da profissão aliado à formação profissional;
- que se defina a obrigatoriedade da elaboração do Estatuto Nacional do Magistério, regulamentando o ingresso por concurso público, estabelecendo salário mínimo nacional e vinculando a progressão salarial ao tempo de serviço, ao exercício docente e à qualificação profissional;
- que sejam estabelecidos mecanismos que assegurem aos atuais professores leigos a qualificação necessária ao exercício profissional;
- que se assegure o direito de sindicalização aos profissionais da educação em todos os níveis;
- que se efetive a obrigatoriedade do acesso e da permanência do aluno no 1º grau, inclusive através da ampliação, conservação e melhoria da rede física, da atualização de professores e do fornecimento de equipamento e material escolar;
- que se defina a finalidade do 2º grau com ênfase não no sentido de treinamento profissional, mas de formação social, científica e tecnológica para o trabalho;
- que seja ampliada e melhorada a rede de escolas normais, como forma de garantir em quantidade e qualidade a formação de professores das séries iniciais do 1º grau e da educação pré-escolar;
- que seja assegurada à Universidade sua plena autonomia didática, científica e administrativa;
- que sejam assegurados às Instituições de Ensino Superior Públicas, os recursos necessários ao cumprimento de suas finalidades e que a elas caiba a gestão autônoma desses recursos;
- que sejam estabelecidos os mecanismos de democratização interna das Instituições de Ensino Superior através da participação dos diversos segmentos da comunidade na escolha dos dirigentes e na composição dos órgãos colegiados;
- que a produção e a disseminação do conhecimento estejam articuladas com as necessidades de superação das desigualdades sociais;
- que seja assegurada a democratização do acesso ao ensino superior, inclusive pela expansão da rede física e abertura de cursos noturnos;
- que sejam estabelecidos mecanismos de controle e punição para o não cumprimento da lei e que este controle possa ser efetivado através de recurso de qualquer cidadão;
- que se efetive a participação da comunidade escolar (professores, estudantes, funcionários e pais), da comunidade científica e das entidades representativas da classe trabalhadora em organismos democraticamente constituídos para a definição e o controle da execução da política educacional em todas as esferas (federal, estadual e municipal).

Entendem os educadores presentes à *X Reunião Anual da ANPEd* que a mobilização nacional pela democratização da educação deve continuar após a elaboração da Constituição, para que a LDB consagre, na sua operacionalidade, os princípios expressos no texto constitucional e o compromisso do Estado com a socialização da educação escolar.

Para isso acham necessário relembrar que o projeto político em elaboração é ambíguo e pode não significar uma transição democrática, uma vez que o Congresso Constituinte que temos é de inclinação conservadora. Nossa mobilização deve, claramente, buscar a transparência da ação do Congresso Nacional, para que o processo democrático de discussão da LDB seja assegurado, mesmo que esse ato político de pressão seja compreendido como um constrangimento. Neste sentido, entendem os participantes da *X Reunião Anual da ANPEd* que devem ser organizados grupos de estudo sobre temas ainda não consensuais, com vistas a subsidiar a elaboração da LDB. Esses grupos podem ser organizados em torno dos GT da ANPEd ou independentemente, desde que

seus resultados sejam a ela levados, para o necessário encaminhamento. Recomenda-se:

- estudar a captação e a aplicação do Salário Educação, visando superar sua concepção privatizante e imprimir-lhe caráter público;
- estudar as formas de tornar transparentes os acordos internacionais de financiamento, deixando claros origem, destinação, valor, administração, condições de sua transferência, bem como processo de acompanhamento e avaliação;
- definir os mecanismos de transferência de recursos federais a Estados e Municípios, de acôrdo com as prioridades estabelecidas no projeto político da educação nacional;
- definir e explicitar a concepção de *escola unitária*, como condição de democratização da sociedade e inclusive como forma de superação das desigualdades entre a cidade e o campo;
- explicitar o significado dos termos *público e privado*, a fim de evitar o uso equivocado dos recursos destinados à educação;
- estudar as formas de participação da comunidade escolar (professores, estudantes, funcionários e pais), da comunidade científica e das entidades representativas da classe trabalhadora em organismos democraticamente constituídos para a definição e o controle da execução da política educacional em todas as esferas (federal, estadual e municipal);
- estudar as formas mais adequadas de estrutura, funcionamento e organização das diferentes instituições de ensino superior, considerando a heterogeneidade de natureza e tipo dessas instituições;
- estudar a estrutura do ensino e a articulação entre os diversos níveis inclusive a educação pré-escolar.

Recomenda-se, outrossim:

- que os associados da ANPEd se comprometam a estimular, no âmbito de suas instituições bem como nos encontros nacionais e regionais de que participem, a discussão de aspectos que subsidiem a elaboração das diretrizes e bases;
- a exemplo do *Forum Nacional da Educação na Constituinte*, criar mecanismos de pressão da sociedade civil para a consecução do previsto neste documento;
- criar também um grupo permanente, *em Brasília*, de coordenação e acompanhamento da discussão da LDB, que possibilite a organização popular em torno dos seus interesses.

Salvador, 15 de maio de 1987.

4º Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sudeste

A Universidade Federal do Espírito Santo sediará nos dias 9, 10 e 11 de setembro próximo o 4º Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sudeste.

Tendo como tema geral *A prática da pesquisa educacional da Região Sudeste*, este seminário objetivará: a) divulgar a pesquisa educacional realizada na Região Sudeste, b) avaliar criticamente a produção regional de pesquisa em educação; c) discutir as condições de produção do saber educacional; d) discutir as diferentes abordagens teóricas da pesquisa em educação.

A ANPEd integra a Comissão Organizadora do evento, tendo Elizabeth Maria Pinheiro Gama como representante.

GRUPOS DE TRABALHO

Os treze grupos de trabalho realizaram, durante três tardes consecutivas, suas reuniões de estudos e comunicações. Tentaram, na medida das suas possibilidades, estabelecer relações mais ou menos diretas com a preocupação central do encontro, ou seja, com as questões da Constituinte, em direção às novas diretrizes e bases da educação. Tais relações foram incorporadas, de alguma forma, aos relatórios finais do encontro, seja no de análise da proposta preliminar apresentada pelo relator da Comissão de Educação, seja no documento que balisa as discussões da nova lei de diretrizes e bases da educação. Apresentaram-se ainda sob a forma de moções e recomendações.

A leitura dos relatórios dos grupos de trabalho e a observação das reuniões realizadas com seus coordenadores permitem a identificação de uma série de acertos, ansiedades e possibilidades dos grupos.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar o nível de aprofundamento e a seriedade acadêmica que caracterizaram o trabalho de diversos grupos, nos quais a socialização de conhecimentos agiu a todo momento como propulsora da produção de conhecimento. Isto nos leva cada vez mais à preocupação com o estabelecimento de uma política de efetivo apoio e de reforço desta modalidade de trabalho que se desenvolve na ANPEd. Alguns grupos ainda enfrentam problemas e dificuldades na definição de sua própria identidade. Mesmo assim, percebe-se nos mesmos o esforço e a vontade de se reorganizarem na luta pela ocupação do espaço que lhes possa caber. Os relatórios estabelecem pautas de trabalho que possibilitam uma visão de projetos significativos, seja para o avanço do conhecimento na área, seja para a tarefa prática e necessária de encaminhar, nos próximos meses, proposições concretas para uma nova lei de diretrizes e bases. A busca de estratégias de ação efetiva entre os períodos intermediários das reuniões da ANPEd é amostra evidente deste empenho: formação de oficinas de estudo, realização de seminários e encontros estão sendo planejados.

No entanto, as dificuldades ainda são grandes. O intercâmbio de informações e experiências e a discussão destas, no sentido da concretização dos Grupos de Trabalho, além de condições objetivas para sua realização, requer maior disponibilidade dos seus membros e mais disposição dos mesmos para conseguir aquele intercâmbio.

É neste sentido que se encaminha, como proposta central deste relatório, o estabelecimento de esforço mais efetivo da ANPEd em favor dos GT, garantindo a estes, sempre que houver empenho por um real desenvolvimento, condições para sua consecução. Para tanto, sugere-se inicialmente que, nas Reuniões Anuais, a Diretoria reserve espaço específico para encontro com os coordenadores de GT, tanto no início quanto ao final da Reunião. Desta forma, acredita-se que haverá não apenas a possibilidade de maior integração entre os próprios GT, mas também oportunidade para o desenvolvimento destes, através de uma relação mais dinâmica com o Conselho Deliberativo da ANPEd.

Também será importante levantar a programação dos GT com maior antecedência, para evitar as improvisações que ainda vêm acontecendo e que prejudicam o avanço do conhecimento e da produção do grupo.

A reivindicação feita por vários Coordenadores de que lhes sejam possibilitados outros encontros além das Reuniões Anuais da ANPEd é justa, porém impossível de ser implementada de forma ampla pela Associação, ao menos neste próximo período. Isto poderá acontecer se o GT criar outras formas de organização e buscar patrocínio, em função das pesquisas que estão sendo desenvolvidas por

seus integrantes, ou pela realização de seminários específicos e mesmo nos estágios de pesquisa. A Diretoria poderá encaminhar e reforçar certas solicitações. No entanto, mesmo com um só encontro anual, há possibilidade de se desenvolver uma boa dinâmica de grupo, desde que esse encontro seja preparado e organizado de forma tal que venham a ocorrer nessa oportunidade as discussões substantivas necessárias.

Os GT da ANPEd devem constituir-se, acima de tudo, em momento de troca e análise de experiências que estão sendo desenvolvidas em diversos locais e programas de pós-graduação; em local de discussão e vislumbre das possibilidades existentes para o avanço dos trabalhos que estão sendo feitos. Nada impede, é claro, que o GT enverede por uma dinâmica de pesquisa, mas não é esta necessariamente a sua função.

Outras formas de melhoria e incentivo dos GT vinculam-se às possibilidades de desenvolvimento da própria ANPEd, nas suas condições de infraestrutura e funcionamento, e no financiamento da produção dos GT. Contatos neste sentido já foram feitos com o INEP e há possibilidade de fazê-los também através da FINEP, no bojo do Programa Integrado de Educação.

Para finalizar, registra-se a mudança de coordenadores em cinco grupos de trabalho. Assim, o GT História da Educação passa agora a ser coordenado por Clarice Nunes (PUC/RJ); o GT Alfabetização, por José Roberto Muton Leão (PUC/SP); o GT Curículo por José Luiz Domingues (UFGO) e o GT Política do Ensino Superior, por Maria de Lourdes de A. Fávero (UFRJ). Por sua vez, o GT Política e Planejamento e Administração da Educação, passa agora a denominar-se GT Estado e Política Educacional no Brasil, tendo como coordenadora Maria das Graças Correia de Oliveira e como Vice-Coordenadora Lúcia Maria Wanderley Neves, ambas da UFPe. Registramos, finalmente, que a coordenação do GT de Ensino de 1º grau, a partir de agora é assumida integralmente por Tereza Gally de Andrade (UFPb).

Política de Ensino de 1º Grau

Durante a X Reunião da ANPEd, o grupo firmou suas discussões sobre três pontos: natureza do grupo, discussão de pesquisas e plano de trabalho.

1. *Natureza do Grupo.* Refletiu-se sobre a importância de se tentar implementar um Grupo de Trabalho com a função de intercambiar informações e acompanhar o andamento dos trabalhos dos membros. Esta seria uma forma de dinamizar e revitalizar o GT, não o reduzindo a encontros para a apresentação de resultados de pesquisas. Para tanto, discutiu-se a necessidade de se conquistar, via seminário ou projeto de intercâmbio, espaço para que o grupo se encontre pelo menos mais uma vez por ano, além da Reunião da ANPEd.

2. *Discussão de Trabalhos.* Com o objetivo de estabelecer um plano de trabalho para o grupo, procurou-se captar, dentre as pesquisas apresentadas, uma *linha condutora comum* que pudesse interessar a todos. Em conseqüência, procedeu-se às apresentações e discussões dos seguintes trabalhos: a) Diagnóstico da Educação no Espírito Santo; b) Diagnóstico da Educação no Mato Grosso; c) Proposta interdisciplinar em educação (Professor leigo x Professor habilitado) — Diagnóstico da Educação na Bahia e Sergipe; d) Escola Pública e Democratização do Ensino no Município de São Carlos — Diagnóstico educacional. As discussões foram precedidas de um relato sobre o Programa de Diagnóstico Estadual de Educação, financiado pelo INEP.

Apresentados os trabalhos, foram levantadas, nas discussões, questões e preocupações relativas às necessidades de utilização, função e natureza dos diagnósticos. As discussões, calorosas e polêmicas, apontaram insuficiências dos diagnósticos anteriores e a importância da realização desse novo diagnóstico que pretende dar conta da situação do sistema educacional, numa perspectiva de mudança.

3. *Plano de Trabalho.* Partindo do pressuposto de que os diagnósticos são uma colaboração importante para alicerçar o conteúdo da LDB, os esforços do GT, no próximo período, devem convergir nesta direção. Assim:

a) A partir do documento do Forum de Educação, do Relatório Calmon, da carta da ANPEd aos Constituintes e do texto *Em direção às novas diretrizes e bases da educação*, cada membro do GT promoverá discussões nas suas IES. Na medida do possível, essas discussões deverão envolver pessoas das SEC e outras entidades, a fim de elaborar um documento que subsidie o conteúdo da LDB no que diz respeito ao 1º Grau.

b) Estes documentos serão agrupados e enviados a todos os membros do GT e aos coordenadores dos outros GTs da ANPEd.

c) Organização de seminário sobre o *Ensino de 1º grau e a LDB*, a ser realizado em João Pessoa, no final do ano. Esse seminário deverá garantir uma discussão aprofundada em torno das questões básicas (qualidade e democratização do ensino etc.), e subsidiar a elaboração de documento substancial para ser apresentado, pelo GT, na XI Reunião da ANPEd.

Tereza Gally de Andrade – UFPb

Ensino de 2º Grau

As atividades do GT Ensino de 2º Grau foram desenvolvidas em torno de três objetivos principais: a) discutir a questão teórico-metodológica do trabalho e da educação no ensino de 2º grau; b) refletir sobre os problemas colocados pelos participantes, a partir de seus temas de pesquisa; e c) dar indicações para as políticas educacionais relativas ao 2º grau.

O primeiro objetivo se concretizou na proposta de um trabalho conjunto com o GT Educação e Trabalho, com distribuição antecipada de textos e participação de seus autores no debate sobre os temas: *O direito do trabalhador à educação*, Miguel G. Arroyo, FAE/UFMG (1º dia); *A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral*, Marcos Arruda, FGV/IESAE (2º dia).

Algumas questões mais gerais e polêmicas merecem ser destacadas: a) a relação educação e trabalho é quase sempre vista, inclusive pelos pesquisadores, através das demandas da sociedade e do atendimento, pelo sistema, das demandas individuais (alunos, empresas, trabalhadores) ou do estudo da adequação ou não dos conteúdos, currículos etc. Para Arroyo, deve-se partir da lógica mais ampla que considera a constituição da sociedade como o polo mais importante para se compreender a questão. A pergunta básica é: "que relação existe entre a escola e os processos globais de produção de indivíduos trabalhadores?" Não temos uma teoria da educação, mas uma teoria da educação escolar, sendo que os processos educativos escolares não dão conta da teoria dos processos educativos mais amplos que formam os homens. Por sua vez, as lutas da classe trabalhadora por educação vão além da luta pela escolarização. Não passam, fundamentalmente, pela escola, pois enquanto a escola o qualifica num período, a vida do trabalhador – isto é, as condições desumanizantes do trabalho – o desqualifica.

b) Continuando a temática do primeiro dia, Arruda tomou, como objeto de estudo, a sociedade capitalista de um país em processo revolucionário: a Nicarágua. Nas sociedades capitalistas, o capital é o único sujeito do processo produtivo, que se constitui num sistema extremamente criativo para superar as próprias contradições, embora não consiga superar a questão do pleno emprego. As escolas técnicas tratam a questão do trabalho e do trabalhador no plano abstrato — o real é o trabalhador desempregado. Não há nenhum compromisso do Estado ou da empresa com o trabalhador; o compromisso é com o lucro.

Numa sociedade que se pretende em transformação, o desafio ao educador é o mais complexo de todos, pois, sem transformação técnica, tecnológica e organizativa, as outras transformações não podem ocorrer. Em um país em processo de revolução, as transformações vão muito além das condições materiais. Há uma transformação global que inclui a formação humana. Educar requer testemunho, prática social e não bastam, para tanto, as atividades teóricas restritas ao âmbito das instituições escolares. E a democratização do saber não se faz sem o reconhecimento dos saberes existentes na sociedade.

No terceiro dia do encontro, optou-se por privilegiar a discussão de tópicos relativos ao 2º grau na Constituinte, a partir do que se elaboraram moções e recomendações encaminhadas à Assembléia Geral.

Em relação à proposta do FORUM, foi destacado inicialmente o art. 5º, ficando evidente, a partir das discussões, que ele representa a manutenção da Lei nº 7.044/82, além de não considerar os recursos financeiros que possam garantir seu cumprimento. Destacou-se ainda a presença do estudante/trabalhador, clientela cada vez maior no 2º grau. Estas questões, pela sua complexidade e pela sua pertinência, devem ser objeto de estudo da nova LDB.

As moções e recomendações contemplaram as seguintes questões:

Em relação ao ensino de 2º grau, propôs-se seja mantida a redação da Carta de Goiânia: "O ensino de 2º grau constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos".

O GT discorda dos termos em que está formulada a segunda parte do art. 5º e, propõe que esta questão seja submetida à uma ampla discussão para subsidiar a LDB. Propõe ainda um parágrafo único ao art. 5º com a seguinte redação: "Ao ensino público de 2º grau seria garantido, na forma da lei, recursos financeiros necessários a sua manutenção e desenvolvimento".

Em relação ao parágrafo único do art. 3º propõe-se que se altere sua redação, que passaria a ser a seguinte: "É dever do Estado o provimento, em todo o território nacional, de vagas públicas em número suficente para atender à demanda".

Com relação ao seu funcionamento na X Reunião Anual, o GT chegou às seguintes conclusões: a) considerou-se insuficiente o tempo de trabalho; sugere-se seja ampliado, nas reuniões anuais, o espaço de trabalho dedicado aos GT e às discussões das pesquisas. Paralelamente, embora avaliando positivamente os temas tratados nos dois primeiros dias, o Grupo decidiu limitar a uma tarde a discussão de um tema específico. Salientou-se também a importância de retomar, nessa oportunidade, a experiência do trabalho conjunto com o GT Educação e Trabalho. b) O conhecimento antecipado dos temas foi muito importante e deve ser mantido. c) Os pesquisadores ligados ao programa de pesquisa "Caracterização e perspectivas do 2º grau", financiado pelo INEP, se reuniram na manhã do 4º dia com a Profa. Acácia Z. Kuenzer, Diretora de Estudos e Pesquisas do INEP para tratar de questões de financiamento dos seus projetos e solicitar a realização de uma reunião desses pesquisadores no decorrer de 1987. d) Na XI Reunião Anual, deverá se proceder à escolha do novo coordenador do GT para o próximo período.

Maria Aparecida C. Franco – UFF

Política de Ensino Superior

O GT Política de Ensino Superior foi bastante produtivo durante a X Reunião Anual da ANPEd. Primeiramente, contou com uma freqüência permanente de pessoas que já vêm trabalhando com a questão há muito tempo e que constituem o núcleo do GT; o número de pessoas flutuantes reduziu-se bastante. Em segundo lugar, do ponto de vista acadêmico, considera-se ter havido avanço.

A reunião foi avaliada, positivamente pelas seguintes razões: a) estabeleceu-se a possibilidade de intercâmbio do GT, ao longo do ano, para a programação de atividades conjuntas de pesquisa e discussão de temas relativos à área em outros eventos; b) foram apresentados sete trabalhos acadêmicos – resultantes de pesquisas, a saber: *A Universidade Brasileira – indústria do conhecimento*, Denise B. C. Leite, Marília C. Morosni e Rosa M. Martini (UFRS), *O Movimento de Reforma Universitária: 1958-1968*, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (UFRJ); *O Público, o Privado e o Comunitário na Educação*, Sofia Lerche Vieira (UFC); *Avaliação da Universidade – análise de uma proposta de trabalho*, Isaura Belloni (UnB); *A prática pedagógica universitária como fonte de problemas de pesquisa*, Maria Cristina Vorraber Costa e Maria Isabel Edelweiss Bujes (PUC/RS); *Subsidiando a análise da estrutura de poder interno da Universidade Federal de Pernambuco*, Elizabeth Cassimiro de Freitas; *O princípio de indissociabilidade do ensino e da pesquisa na Universidade*, Niuvenius Paoli.

Retomando a discussão iniciada na IX Reunião Anual, o GT posicionou-se novamente favorável à proposta de realização, de uma reunião, em Brasília, para estudo de viabilidade de exploração dos dados levantados pelo PARU. Decidiu-se que, se essa reunião tiver lugar, garanta-se nela espaço para discussões das metodologias de pesquisa utilizadas no trabalho e em outros semelhantes.

Foram discutidos, também, tópicos relativos ao ensino superior que deveriam constar da nova LDB. O Grupo resolveu incorporar ao seu relatório as páginas finais da comunicação apresentada por Maria de Lourdes de A. Fávero na sessão da manhã de 14/5/87. Além disso, foi feita uma síntese das principais questões levantadas pelo GT a serem contempladas na discussão em torno da nova LDB, a saber:

a) Ensino Superior no país: finalidades; papel e heterogeneidade das IES; b) Indissociação entre ensino e pesquisa na universidade, do ponto de vista institucional; a questão da qualidade: definição de critérios e padrões mínimos para garantí-la; c) Autonomia universitária: significado e seus problemas face à heterogeneidade das IES; ausência de autonomia em sentido pleno e luta pela sua conquista; d) Democratização das IES, do ponto de vista da gestão e do acesso; e) Carreira docente: plano de cargos e salários; formas de dedicação; desempenho profissional; f) Financiamento: destinação de recursos orçamentários exclusivamente para as escolas públicas (entendidas como instituições mantidas e administradas pelo Estado).

Dada a complexidade dos temas que deverão ser contemplados na LDB, o GT sentiu necessidade de se articular com outras entidades, para o debate de propostas relativas ao capítulo do ensino superior na nova lei. Preocupado com a estratégia de discussão da LDB, o GT apresentou moção nesse sentido aprovada na Assembléia Geral.

O último item da pauta da reunião do GT – eleição de novo coordenador do grupo – teve o seguinte encaminhamento: a Comissão Coordenadora passou a contar com um novo membro, Maria de Lourdes A. Fávero, que assumirá sua coordenação. Sofia Lerche Vieira e Jacques R. Velloso continuarão a compor a

mesma e Glaura Vasquez de Miranda solicitou seu desligamento, justificado por seus atuais compromissos profissionais na direção da Faculdade de Educação/UFMG.

Maria de Lourdes Fávero – UFRJ

Educação Pré-Escolar

Os trabalhos foram iniciados com a apresentação das pesquisas e discussão sobre o funcionamento do GT. No primeiro dia, foram apresentados os seguintes trabalhos: a) Carmem Craidy (da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social) discorreu sobre: o trabalho da Comissão Interministerial *Criança e Constituinte* e o projeto de pesquisa das políticas sociais do MPAS que inclui o trabalho com a criança de 0 a 6 anos; b) Ana Maria Wilheim (da Comissão de Creche do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) analisou a política para o oferecimento de creches e a necessidade de que a Universidade se abra à pesquisa sobre o tema e à formação de pessoal adequado; c) Solange Jobim (da Delegacia do MEC/RJ) falou a respeito do atendimento ao pré-escolar nos últimos dez anos, analisando a progressão quantitativa e seus determinantes políticos; d) Regina de Assis (PUC-RJ e UNICAMP) questionou o papel da pós-graduação na educação pré-escolar, mostrando as lacunas e equívocos existentes no interior da universidade com relação à área. Mencionou, como alternativa possível, o processo desenvolvido sob sua coordenação na FE/UNICAMP no projeto "Criança e meio ambiente" integrando docência, na graduação e pós-graduação, e pesquisa, a partir da universidade, integrando pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Campinas.

Depois da apresentação e discussão dos trabalhos foram feitas as seguintes recomendações: a) que se aprofundem os pontos analisados, em reuniões do Grupo, posteriores a este encontro da ANPEd; b) que se definam melhor as formas de financiamento deste grupo; c) que se esclareça o papel da universidade na definição da educação da criança de 0 a 6 anos; d) que se solicite à Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte: proclamação da obrigatoriedade do Estado de proporcionar programas educacionais para as crianças de 0 a 6 anos e direito de escolha das famílias; destinação de verba específica condicionada à reforma tributária; controle da população sobre o atendimento oferecido; reestruturação administrativa que propocie a criação de uma política articulada para educação das crianças de 0 a 6 anos.

No 2º dia foram apresentados os seguintes trabalhos:

a) Maria Regina Maluf (USP). *Levantamento de publicações sobre a educação pré-escolar (1978-1984)*;

b) Lívia Fraga Vieira (da Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais). *História de instituições governamentais e seus programas de creche*;

c) Silvia M. Batista (UFES). *Influência do trabalho feminino no comportamento materno*;

d) M. Clotilde R. Ferreira (USP – Ribeirão Preto). *Condições de desenvolvimento de crianças em creche*;

e) Zilma M. R. Oliveira. *Interação entre crianças na creche.*

Depois da apresentação e discussão das pesquisas, foram feitas as seguintes recomendações: a) Sistematizar, em publicações coordenadas, os dados disponíveis acerca de um diagnóstico do atendimento educacional à criança de 0 a 6 anos; b) discutir, no grupo de pesquisadores, linhas de investigação acerca de propostas pedagógicas para a pré-escola, incluindo a creche; c) divulgar pontos atuais no conhecimento da área de pré-escolar que destacam o valor da experiência pré-escolar no desenvolvimento da criança.

No 3º dia, discutiu-se o funcionamento e a dinâmica do GT, propondo-se a realização de projeto de pesquisa que procurará atender a três objetivos: 1º) contribuir para a atual discussão sobre a forma como devem ser incluidas a educação pré-escolar e a creche na legislação e na reorganização administrativa que deverá ser realizada no país após a promulgação da Nova Constituição; 2º) avançar critérios e propostas no sentido de políticas de ação nesta área, que subsidiem propostas pedagógicas e formação de pessoal, baseadas numa concepção de desenvolvimento da criança na faixa de 0 a 6 anos; 3º) contribuir para o redirecionamento das pesquisas sobre pré-escola e creche, o que supõe um levantamento do "estado da arte" na área e uma priorização de temas e enfoques.

Para atender a estes três objetivos, o GT propõe que sejam desenvolvidas as seguintes atividades: a) elaboração de um documento que contenha as principais recomendações e reivindicações do grupo em relação ao 1º objetivo; b) publicação de trabalhos; c) encontro do GT entre as reuniões da ANPEd.

O GT submeteu à Assembléia Geral moção solicitando modificação de um item do documento do Forum de Educação na Constituinte, no sentido de manter o espírito do documento aprovado na IX Reunião Anual, referente à pré-escola e à creche.

Do esforço de todos para garantir um trabalho proveitoso durante estes três dias, é necessário destacar a grande contribuição de Regina de Assis, Zilma de Oliveira e Maria M. Campos.

Ana Lúcia Goulart de Faria – UNICAMP

Educação Rural

O GT Educação Rural programou suas atividades segundo três eixos: a) estudo da questão da educação rural na Constituição; b) apresentação de pesquisas desenvolvidas por componentes do GT; c) elaboração de proposta de estudo sobre educação e movimentos sociais no campo. Foram realizadas três reuniões, com a participação permanente de cerca de vinte pesquisadores e estudantes de diversos mestrados e institutos de pesquisa.

Na discussão da educação rural na Constituição, procurou-se entender de que forma a dimensão rural da educação é contemplada e se explicita nos princípios constitucionais. Perguntou-se se há uma especificidade a ser identificada e se o debate em torno da Constituição explicitou e aprofundou os elementos essenciais da educação no meio rural. Foi consenso que não se justificam referências explícitas à questão da educação no campo no texto constitucional, vez que esta dimensão é atendida através de outros elementos constitucionais que dão garantia às condições de existência do cidadão trabalhador no campo.

Isto significa que a questão da educação rural refere-se a uma totalidade que vai além do capítulo da educação e que é condicionada por determinados fatores entre os quais: o tipo de Estado que promove determinada Constituição, sua intencionalidade e o limite que impõe ao projeto educacional real; a definição das estruturas de poder na organização da nação (Estado) gerando maiores espaços de participação, democratização e descentralização. A educação no meio rural, portanto, passa pela discussão sobre reforma agrária, reforma tributária, direitos sindicais, municipalização da educação, entre outros fatores.

Os debates relativos aos trabalhos desenvolvidos por componentes do GT se detiveram particularmente em duas apresentações. Maria do Carmo Tafuri Paneago (UFViçosa) apresentou uma proposta de educação rural no contexto dos cursos de pedagogia como disci-

plina que contempla aspectos sócio-culturais, econômicos e pedagógicos do contexto. A mesma professora submeteu ao debate um trabalho sobre a importância de uma teoria interpretativa da cultura na extensão e na educação rural.

Foi discutido, em seguida, o projeto de pesquisa de autoria de Rosely Salete Caldert (FAPES, Erexim/RS), sobre a educação nos assentamentos dos colonos sem terra e a possibilidade de uma escola participativa. A proposta traz embutida a tese de que a definição da educação rural passa pela definição da dimensão pedagógica presente nos processos sociais concretos vividos cotidianamente pelos camponeses, principalmente quando esses processos implicam em organização e luta social. É preciso desvelar o "modo de produção" desta pedagogia cotidiana, para poder propor uma pedagogia escolar com sentido real, uma escola que "faça diferença" para esse camponês e sua família.

O debate seguinte consistiu na análise das práticas pedagógicas e dos processos educacionais que informam o cotidiano dos movimentos sociais e que têm completo significado para o repensar da escola, dos conteúdos escolares e da própria formação do professor.

O terceiro momento de atividades do GT foi dedicado à preparação de uma proposta de trabalho, visando orientar a produção científica dos participantes por um eixo comum de reflexão. O GT propõe a realização de uma oficina de trabalho sobre o tema: *A prática dos movimentos sociais no campo: perspectivas e implicações nos processos de educação.* As questões centrais a serem abordadas tiveram a seguinte formulação: a) que conhecimentos vêm sendo produzidos no setor? b) como esse conhecimento vem informando os estudos e as práticas no âmbito da educação? c) quais as contribuições teórico-metodológicas para a pesquisa em educação?

O projeto de oficina de trabalho, a ser elaborado a partir de contribuições dos membros do GT, deverá ser encaminhado ao CNPq, com sua realização prevista para o final do 2º semestre de 1987. Foram previstas três etapas em torno do evento. A primeira refere-se à elaboração do projeto, com o envio, para a coordenação do GT, de contribuições relativas à explicitação das questões da análise (problema/tema), indicação de referencial teórico e bibliográfico, formulação de objetivos e justificativa para o evento e, finalmente, proposta de procedimentos. Durante a segunda etapa, os membros do GT deverão desenvolver estudos a serem apresentados no evento. O encontro deverá ser realizado em Belo Horizonte, com a participação de convidados que deverão contribuir para o registro do saber conquistado na área, constituindo-se na terceira etapa.

Jacques Therrien – UFC

Educação Popular

As atividades do GT de Educação Popular estiveram divididas em três momentos de trabalho: a) apresentação e análise de pesquisas; b) discussão da proposta da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte; c) avaliação e planejamento das atividades para o próximo período.

As pesquisas apresentadas foram organizadas de acordo com os temas definidos na proposta de trabalho do GT, estabelecida na IX Reunião Anual, em 1986. O primeiro tema, tratado no 1º dia dos trabalhos, foi: *Luta Popular por Escola,* com as seguintes pesquisas: *Escola pública: projetos e práticas coletivas nos movimentos sociais,* por Marília Pontes Sposito (FEA-USP), e *Documentação e análise dos movimentos por educação escolar pública na Grande Salvador – 1975/1985,* por Rogério Cunha Campos (UFBa).

No segundo dia, o tema tratado: *Escolarização Básica de Jovens e Adultos*, compreendeu as seguintes pesquisas: *O Ensino Supletivo em São Paulo*, por Elba Sá Barreto (FCC), *Diagnóstico do Ensino Supletivo no Brasil – 1971/1985*, por Maria Clara Di Pierro e Sérgio Haddad (CEDI) e *Experiência de Educação de Adultos em Ibirité*, por Leôncio Gomes Soares (UFMG). Aproveitou-se o tema do 2º dia para aprofundar questões relativas ao direito da educação básica de jovens e adultos. O GT entendeu a proposta do *Forum de Educação* como tímida em relação a este ensino, pois a coloca em um parágrafo do artigo sobre ensino de 1º grau, que não dá conta de representar toda a amplitude e complexidade que a educação de adultos vem ganhando no sistema educacional brasileiro. Por outro lado, a proposta do relator João Calmon para a Subcomissão de Educação foi amplamente debatida, em especial nos seus aspectos sobre o ensino de adultos, tendo sido formuladas duas sugestões de emenda ao texto, posteriormente votadas e aprovadas na plenária final e devidamente encaminhadas. Procurou-se desta forma, contribuir no aprimoramento do relatório, entendendo que ele deveria ser amplo o suficiente para garantir a consideração das características e complexidades que o ensino de adultos contém, ao mesmo tempo que objetivo, no sentido de assegurar a garantia de tal ensino como um direito de cidadania.

Por fim, o GT avaliou suas atividades nesta X Reunião como positiva, em especial pelo fato de ter havido uma programação prévia, organizada por temas, onde os pesquisadores puderam apresentar e aprofundar questões. Houve acordo entre os presentes no sentido de contatar novos pesquisadores, centralizando tais contatos junto ao coordenador, com vistas a fortalecer o GT nos temas escolhidos. Ao mesmo tempo, foi solicitada correspondência mais freqüente entre os membros participantes do GT, de modo a informar, ao longo do ano, sobre possíveis encontros e atividades no campo da Educação Popular.

Além disto, foi votada a continuidade dos trabalhos em torno dos quatro temas escolhidos em 1986, em caráter prioritário e não exclusivo: a) escolarização do adulto trabalhador; b) produção de conhecimento nas práticas de educação popular; c) luta popular pela escola pública; d) relação entre movimentos populares e Estado, na Nova República.

Finalmente, decidiu-se tentar viabilizar dois encontros de trabalho, até a próxima reunião. O primeiro, em caráter de urgência pela situação conjuntural, visaria estabelecer indicadores para uma proposta da ANPEd sobre escolarização de jovens e adultos, como subsídio para a nova lei educacional. O segundo, serviria para dar continuidade ao tema *Luta popular por escola.*

Sérgio Haddad – CEDI

Educação e Trabalho

O Grupo organizou suas atividades em torno dos seguintes objetivos: a) aprofundar a relação entre trabalho e educação; b) troca de experiências; c) programação de atividades.

O aprofundamento da relação entre trabalho e educação ocupou as duas primeiras tardes, numa programação conjunta com o Grupo de Ensino de 2º Grau. A reflexão partiu da apresentação de dois trabalhos: *O direito do trabalhador à educação*, por Miguel Arroyo, e *Articulação trabalho-educação visando uma democracia integral*, por Marcos Arruda (IESAE). Ambos estudos encaminharam a reflexão para os processos educativos que passam pelas relações sociais e pelos mecanismos educativos em que acontece a produção, reprodução e formação do trabalhador. Situada a esse nível, a reflexão sobre trabalho e educação foi avançando em busca das formas espe-

críticas em que se manifesta na formação social brasileira.

No terceiro dia, o GT encaminhou seus trabalhos a partir de dois pontos mais concretos: os impasses da vinculação entre teoria e prática em nossas pesquisas sobre trabalho e educação, e as propostas e práticas de escolas de produção tão espalhadas e defendidas como a síntese da relação educação e trabalho. A reflexão em torno dessa temática avançou a partir de dois trabalhos apresentados por Gaudêncio Frigotto (IESAE e UFF) e Nilton Fischer (UFRGS).

Em relação à troca de experiências e à programação de atividades, o Grupo acentuou a necessidade de mais espaços voltados para o estudo das questões que vêm sendo levantadas nos encontros de ANPEd. O isolamento que caracteriza os Programas e as pesquisas não permite estudo mais sistematizado e coletivo; por outro lado, o pouco tempo das reuniões de ANPEd não permite avançar além da identificação de problemas e temáticas, sem o devido aprofundamento. Neste sentido, vem sendo articulado o apoio das agências oficiais para a programação de um encontro de estudo, ainda este ano.

O Grupo enfatizou também a necessidade de promover a publicação da produção que vem sendo identificada nos Programas sobre trabalho-educação, educação da classe operária e outros temas próximos. Foi enfatizada, ainda, a necessidade de que essa temática esteja presente em todos os Programas de Pós-Graduação em Educação sem limitar-se a eles, mas penetrando nos currículos de magistério e pedagogia.

O Grupo propôs uma forma de coordenação colegiada, constituída por Miguel G. Arroyo, Gaudêncio Frigotto e Nilton Fischer.

Miguel Gonzalez Arroyo – UFMG

Metodologia Didática

Estava previsto que, na X Reunião Anual, o GT Metodologia Didática centralizaria suas discussões em torno de textos produzidos por seus membros, com vista a uma publicação coletiva. Pouco antes da Reunião, este projeto já se mostrava bastante inviável, principalmente pela falta de uma diretriz comum que orientasse a elaboração dos referidos textos. Através de consulta da coordenação a vários de seus participantes, ficou claro a necessidade de trabalhar em torno de questões "de fundo", tais como a história da Didática, seus fundamentos e a definição de seu objeto. As discussões durante a X Reunião centraram-se pois nestas questões.

Com um número aproximado de 20 participantes, que se manteve constante ao longo dos três dias de reuniões, o GT começou seus trabalhos pela discussão a aprovação da pauta proposta pela coordenação. Como primeira atividade foi feita breve avaliação do IV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, realizado em Recife, de 9 a 13 de março do ano corrente, uma vez que o mesmo se inscreve na série de encontros que tiveram origem neste GT. Neste balanço avaliativo, destacaram-se os principais avanços, as omissões e as perspectivas levantadas no Encontro de Recife. Para esta atividade contamos com a colaboração especial de Aída M. M. Silva, uma das coordenadoras do mesmo.

Em seguida, passou-se a uma discussão mais específica dos trabalhos e pesquisas relacionados à temática geral da história e dos fundamentos da Didática. Foram apresentados os seguintes temas: a) *Didática: Uma retrospectiva histórica*, por Ilma P. Veiga, da U. F. Uberlândia; b) *A consciência educacional do professor*, por Denise C. Leite, da UFRGS; c) *Da necessidade de constituir um novo paradigma*

para a Didática, por Cipriano C. Luckesi, da UFBa; d) *A busca de fundamentos e do objeto da Didática*, por Alda J. Marin, da UNESP; e) *A Contribuição da Didática na formação do professor*, por Olga Damis, da U. F. Uberlândia; f) *Projeto histórico, ciência pedagógica e Didática: notas para debate*, por Luiz Carlos Freitas, da UNICAMP.

O número bastante grande de trabalhos para o tempo disponível impossibilitou uma discussão mais profunda dos mesmos, tendo sido sugerido que os debates continuassem por correspondência. Ainda nestas reuniões, Maria de Lourdes Rocha de Lima convidou os membros do GT a participarem da Rede Nacional de Formação Pedagógica dos Docentes do Ensino Superior no Brasil, por ela coordenada.

Ao final do 3º dia, estruturou-se um Programa de Trabalho para ser desenvolvido no próximo ano, tendo em vista as discussões realizadas ao longo da X Reunião; 1º) Até a próxima reunião da ANPEd, o GT Metodologia Didática decidiu elaborar um catálogo bibliográfico da produção científica na área de Didática. Tentando delimitar a abrangência do levantamento, acertou-se que nesta primeira etapa serão considerados os estudos e pesquisas que girem em torno de questões da prática pedagógica. Os participantes estabeleceram, em princípio, que o levantamento da produção científica na área seja realizado em âmbito regional, com equipes coordenadas pelo pessoal presente a esta Reunião do GT. Haverá, no entanto, diretrizes comuns a serem elaboradas por Osvaldo Alonso Rays, da UFSM, por Marisa V. Costa e Denise B. C. Leite, da UFRGS. Estes elaborarão um projeto que será posteriormente encaminhado ao REDUC, através do INEP, a fim de obter financiamento. Pretende-se, assim, que até o próximo ano se tenha um balanço dos trabalhos produzidos em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Espera-se que colegas de outros Estados, embora não tendo estado nas reuniões de Salvador, também queiram integrar-se neste esforço coletivo e participar do projeto do GT. Convidam-se todos a realizar este trabalho!

2º) Outra meta proposta é o desenvolvimento, até o próximo ano, de busca mais sistemática dos fundamentos e do objeto da Didática. Para isto, ficou claro ser necessário continuar e intensificar os trabalhos de pesquisa voltados à prática pedagógica, além de, evidentemente, dar prosseguimento aos estudos e às reflexões que vem sendo feitas sobre a Didática, sua história e seus fundamentos. Cada participante do GT se propôs a levar para a próxima reunião uma reflexão sobre a própria prática de trabalho no ensino e na pesquisa na Didática, isto é, um balanço dos esforços empreendidos pelos participantes do GT na busca de definição do objeto da Didática e de seus fundamentos. Foi decidido também que haverá um único texto para os trabalhos na próxima reunião da ANPEd, a ser elaborado por Luiz Carlos Freitas (UNICAMP) e Alda J. Marin (UNESP), em continuidade aos textos apresentados por eles na reunião de Salvador. Este texto, que se constituirá em documento base do encontro, deverá ser entregue com antecedência à coordenação do GT, que se encarregará de distribuí-lo a todos os membros.

Marli André – PUC/SP

História da Educação

No primeiro dia, foi feita a apresentação da pauta, pelo coordenador, tendo sido lembrada a orientação dada na parte da manhã, no sentido de que a discussão do Grupo de Trabalho fosse feita sem perder de vista o tema geral da X Reunião. A pauta foi aprovada com a inclusão de um novo item: relato sobre o estágio de intercâmbio em História da Educação, realiza-

do em maio de 1987, em Niterói.

Foram apresentados e discutidos, a seguir, os seguintes trabalhos: *Molde Nacional e Forma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação* (1924-1931), por Marta Maria Chagas de Carvalho, da Faculdade de Educação da USP; *The spectator – O teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII*, por Maria Lúcia Palhares Schelffer, da Faculdade de Educação da USP; *Reconstituição Geral da História Recente da Educação Popular em Pernambuco: o Movimento de Cultura Popular*, por Janete Maria Lima de Azevedo, da Universidade Federal de Pernambuco.

No segundo dia, a reunião foi toda dedicada à discussão do tema *Reflexões metodológicas sobre a construção do conhecimento histórico*, apresentado pela Profa. Déa Fenelon, da PUC/SP, especialmente convidada para discutir aspectos teórico-metodológicos da pesquisa em História, a pedido dos participantes do GT.

No terceiro e último dia, foram apresentadas e discutidas as seguintes pesquisas: *Faculdades de Educação: nascimento da segregação institucional*, por Luiz Antonio Cunha, da Universidade Federal Fluminense; *A Escola Nova em Pernambuco*, por Maria Cristina Araújo de Mendonça, da SUDENE (tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pernambuco). Manoel Francisco de Vasconcellos Motta apresentou a seguir o seu projeto de pesquisa: *Escolas de Partidos: a experiência dos Cursos Stalin no Partido Comunista Brasileiro (1931-1936).*

A seguir, José Silvério Baia Horta, coordenador do GT, comunicou aos participantes a necessidade da escolha de novo coordenador, em função de sua inclusão na chapa que concorre à reeleição para a nova Diretoria da ANPEd. Depois de debater a questão, o professor Luiz Antonio Cunha sugeriu o nome de Clarice Nunes, que foi eleita por unanimidade.

Quanto ao planejamento das atividades, o GT decidiu dar continuidade aos dois projetos já encaminhados, isto é, a realização de seminário sobre questões teórico-metodológicas da pesquisa em História da Educação e o desenvolvimento de projeto piloto de pesquisa documental sobre História da Educação no Estado do Rio de Janeiro, com financiamento do INEP, já aprovado.

Clarice Nunes – PUC/RJ

Licenciatura

As atividades do GT Licenciatura seguiram a programação previamente estabelecida. A tarde do dia 12/05 foi dedicada ao intercâmbio com outros grupos que trabalham com o mesmo tópico. Foram convidados a Coordenadora da Comissão de Licenciatura, organizada pela SBPC, Anna Maria P. de Carvalho, e a Coordenadora da Comissão Nacional Pró-Formação do Educador, Nilda Alves. Ambas relataram as atividades que os respectivos grupos estão desenvolvendo. Na oportunidade, foi também iniciada a discussão do Parecer nº 233/87 do Conselho Federal de Educação e divulgado o levantamento bibliográfico sobre a formação do professor, realizado pelo Serviço de Documentação da Faculdade de Educação da USP como subsídio para os trabalhos do GT. No sentido de garantir a apresentação do grande número de trabalhos enviados, foram distribuídos os respectivos resumos, a fim de permitir a limitação do tempo de exposição, no segundo dia. Ainda nesta tarde, foi relatada, por Luiz Felipe Serpa, a evolução das tentativas de renovação da Licenciatura na Faculdade de Educação da UFBa, envolvendo mudanças curriculares e reorganização do colegiado de curso.

Na reunião do dia 13, foram apresentados os seguintes trabalhos: a) *Avaliação do Curso de Pedagogia*, segundo a percepção de professores, alunos e egressos do curso (Regina Lúcia Gianordoli, Coordenadora), b) *Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Científico*: descrição e análise (Alfredo B. de Faria Junior), c) *Licenciatura em Física – problemas e diretrizes para mudanças* (Deixé Vianna); d) *Proposta de Reformulação do Curso de Licenciatura em Física da UFF* (Lúcia da Cruz Almeida).

A discussão considerou aspectos metodológicos das pesquisas realizadas e seus resultados, a partir dos quais emergiu a constatação de que os cursos são fragmentários, apresentando dicotomia entre teoria e prática e a formação do futuro professor, no que diz respeito ao conteúdo específico e as disciplinas pedagógicas. Concluiu-se também que a discussão deve considerar, de forma mais consistente, os princípios que embasam a estruturação dos cursos, deixando de concentrar-se apenas em aspectos tangíveis, como distribuição de disciplinas e relacionamento institucional, conseqüência da departamentalização das universidades.

No dia 14 foi apresentado, por Menga Lüdke (PUC/RJ), o projeto: *Novos Rumos da Licenciatura*, falando sobre os resultados já colhidos e as perspectivas de continuação. Maria Inês Fini, da UNICAMP, apresentou dados preliminares do projeto: *Contribuição da Pós-Graduação para a Licenciatura* e sugeriu o seu prosseguimento de forma conjunta pelo grupo.

Em seguida, passou-se ao planejamento das atividades, visando evitar duplicar atividades de outros grupos congêneres e concentrar os trabalhos do GT naqueles atinentes aos objetivos da ANPEd. Optou-se, finalmente, para um futuro próximo, pelo seguinte plano: a) compilação e atualização da bibliografia sobre licenciatura, dispersa em publicações muito variadas, o que vai envolver a colaboração de profissionais de várias áreas; b) identificação e análise de propostas e experiências de renovação da licenciatura em execução, no sentido de buscar regularidades que determinam sua implantação e seu sucesso ou fracasso; c) início do projeto de análise do papel da pós-graduação na melhoria da Licenciatura.

Finalmente, vale salientar que o trabalho do grupo reflete sua crescente organização, pela cooperação constante de seus membros. Ativos há dois ou três anos e encontrando-se militando em outras instâncias profissionais, têm mantido um intercâmbio frutífero no grupo.

No sentido de fortalecer o GT, sugeriu-se: a elaboração de um informativo periódico; a realização de uma ou mais reuniões intermediárias, preferivelmente em outubro; e trocas de idéias com outros grupos que cuidam da Licenciatura.

Os participantes avaliaram favoravelmente a reunião, constatando uma crescente estruturação do GT, além da definição de uma linha de trabalho dirigida à análise das experiências concretas que estão sendo realizadas no processo de formação de docentes, na qual se considera seus pressupostos, o contexto em que se realizam, a definição de seu significado social e seus resultados.

Myriam Krasilchik – USP

Currículo

O GT de Currículo desenvolveu suas atividades dando prosseguimento à pesquisa que visa à "Reconceptualização da Área de Currículo". Assim, foram cotejadas algumas das entrevistas realizadas com professores de currículo, caminhando-se no levantamento de categorias de análises das mesmas. Todavia, dado a temática geral da X Reunião e a necessidade e

premência em se discutir a formulação da nova lei de diretrizes e bases, o Grupo incorporou em sua pauta a discussão de seus compromissos no encaminhamento das questões de Currículo para a nova LDB. Neste sentido, identificou-se um conjunto de pontos para reflexão e discussão, decorrentes dos dispositivos constitucionais, em relação aos quais pretende-se manifestar, a saber: a) princípios orientadores que presidirão a nova LDB; b) fins da educação; c) estrutura do ensino; d) objetivos em relação à estrutura do ensino; e) conteúdo e forma do ensino; f) formação do magistério; g) avaliação do sistema de ensino e controle das políticas educacionais.

A seguir, passou-se à discussão dos mecanismos necessários para mobilização do Grupo na direção dos compromissos assumidos: a) troca de documentos sobre os pontos elencados, entre os participantes do GT, a partir de discussões desencadeadas nos cursos de pós-graduação, forum de educação local e seminários regionais de pesquisa (até final de 1987); b) discussão de documentos pelos membros do GT, no intercâmbio de Currículo (até março de 1988); c) discussão da minuta da nova LDB em relação aos pontos mencionados (XI Reunião da ANPEd).

Quanto ao prosseguimento da pesquisa que o GT desenvolve, foram acertados os seguintes encaminhamentos: a) sistematização dos dados já levantados (responsáveis: Nilda Alves, José Luiz Domingues e Jacira Câmara); b) elaboração de artigos, em primeira versão, para discussão com os componentes do GT; c) sistematização do Projeto de Pesquisa em curso e encaminhamento do mesmo às agências financiadoras (responsáveis: Ana Maria Saul e Merion Bordas).

Ao final dos trabalhos houve eleição para novo coordenador do GT uma vez que Ana Maria Saul assumiu a coordenação do mesmo pelo período de 2 anos. Por unanimidade, foi eleito José Luiz Domingues, da Universidade Federal de Goiás.

José Luiz Gomingues – UFGo

Alfabetização

As atividades desenvolvidas pelo GT foram as seguintes: a) *De volta à gênese do GT: em busca da própria identidade*. A discussão conseguiu recuperar para os presentes um pouco da história do GT e levantar as experiências de pós-graduação na área de alfabetização, das quais os presentes haviam participado; b) *A pesquisa e a alfabetização escolar: experiências e políticas*. Foram apresentados relatos sobre os seguintes aspectos do processo de alfabetização escolar:

- O espaço político da alfabetização: a experiência do Ciclo Básico de São Paulo e dos CIEPS do Rio de Janeiro, José Roberto Mutton Leão (PUC/SP) e Miriam Grispun (IESAE), respectivamente;
- Os materiais de alfabetização: cartilha e cotidiano, José Carlos Abrão (UFSM);
- A criança enquanto sujeito – alfabetizando: pesquisa sobre "portadores de texto", Nadja Costa Ribeiro (UFC).

Sobre a proposta de trabalho para o período 1987/1988, as ações do GT obedecerão os seguintes pressupostos:

1º Trabalhar em conjunto com o Núcleo de Estudos de Psicologia e Alfabetização Escolares do Instituto de Psicologia da USP, sob a coordenação de Maria Amélia Azevedo, objetivando-se o cumprimento do objetivo de equacionar e tornar pública a produção sobre alfabetização no Brasil e América Latina. Para tanto, as coordenações do GT de Alfabetização e do Núcleo do IPUSP são signatários de projeto encaminhado ao INEP, objetivando subsídios para:

- publicação de bibliografia seletiva brasileira sobre Alfabetização Escolar no Brasil, de 1960 a 1986;
- pesquisa e publicação de bibliografia

anotada brasileira e latinoamericana sobre Alfabetização Escolar, de 1960 a 1986.

Essas bibliografias deverão fornecer um balanço geral da produção na área da alfabetização e suas interfaces com a Psicolinguística, Sociolinguística, Psicologia, Neurologia, Pedagogia, Antropologia, Filosofia e a Política.

Propõe-se que as informações contidas na publicação da bibliografia seletiva e na pesquisa e publicação da bibliografia anotada sejam socializadas entre os Programas de Pós-Graduação em Educação, Faculdades de Educação e pesquisadores e educadores da área, como fonte referencial da produção sobre a alfabetização no Brasil e na América Latina.

2º. Elaborar documento-síntese da política nacional sobre a alfabetização, como referencial para a XI Reunião Anual. Em relação às políticas públicas sobre alfabetização das diversas unidades federadas, propõe-se que a região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) tenha um espaço maior para elaboração, preparação e apresentação de suas propostas durante a Reunião que acontecerá em Porto Alegre. Outro espaço da Reunião deverá ser reservado a outras unidades federadas, representando suas regiões, para apresentarem suas propostas e conquistas sobre a alfabetização: São Paulo, pela Sudoeste; Ceará pela Nordeste; Amazonas, pela Norte, e Mato Grosso do Sul, pela Centro-Oeste.

3º. Ainda com vista à próxima reunião, os programas, pesquisadores e educadores poderão pleitear espaço para relato de suas pesquisas e experiências. Propõe-se, também, que a coordenação do GT busque e selecione toda produção na área de alfabetização, subsidiada por recursos tecnológicos como audiovisual, vídeo, computadores e outros que serão oferecidos aos participantes em duas noites no período do encontro. Confirma-se, desde já, a apresentação dos trabalhos vencedores do *Concurso de vídeos sobre pesquisas e políticas públicas de alfabetização escolar no Brasil*, promovido pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Supervisão e Currículo da PUC/SP, com o apoio do INEP.

A coordenação do GT foi atribuída a José Roberto Mutton Leão, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Supervisão e Currículo da PUC/SP. Para otimizar o fluxo e refluxo de informações, o repasse de materiais, bem como fazer chegar à coordenação nacional as propostas, anseios e indicações para a democrática condução do GT, tendo como referencial os encontros nacionais, está sendo estudada a montagem de uma rede de contactos regionais e locais.

José Roberto Mutton Leão – PUC/SP

Estado e Política Educacional no Brasil

As atividades do GT desdobraram-se em três momentos: a) definição dos rumos do GT, metodologia dos trabalhos a serem desenvolvidos e linhas de pesquisas aprofundadas; b) apresentação de trabalhos desenvolvidos pelos participantes do Grupo e sua relação com os temas propostos, análise e crítica; c) estudo da especificidade do grupo, ou seja, de sua natureza.

O desenvolvimento dos trabalhos, no 1º momento, foi caracterizado por profunda discussão, com ênfase na temática da concepção do Estado. O GT encaminhou suas discussões em busca de caminho a ser percorrido que representasse o interesse da comunidade acadêmica envolvida na problemática. A especificidade do grupo foi embasada por dois documentos: o de Maria de Fátima Costa Félix e o da equipe do Mestrado em Educação da Universidade de Pernambuco.

Definiu-se a mudança do nome do GT para "Estado e Política Educacional no Brasil",

que melhor define aspirações quanto a sua especificidade. O Grupo teria como foco o *Estado* e as questões abordadas versariam sobre: a) estrutura de poder e política educacional; b) processo de modernização e suas implicações no setor; c) gastos públicos com educação; d) formas de articulação entre as diversas esferas jurídicas e administrativas na definição e na condução das políticas educacionais; e) problemática do acesso das camadas populares à educação; f) influência dos movimentos sociais na definição de políticas, bem como propostas alternativas de práticas educativas; g) elaboração e execução de projetos educacionais a nível federal, estadual e municipal.

No decorrer das sessões foram apresentados os seguintes trabalhos:

1. *Supervisão Escolar e Política Educacional*, por Márcia Angela da Silva Aguiar;

2. *A prática do planejamento ou o planejamento na prática: um estudo sobre educação e clientelismo político*, por Maria das Graças Corrêa de Oliveira;

3. *A questão aos objetivos da universidade e os compromissos da administração da educação enquanto área de conhecimento e de prática educacional*, por Maria Estela Del Pai Franco.

4. *Políticas públicas em orientação educacional*, por Miriam Grinspun.

5. Foi feita também, comunicação sobre tema de *Planejamento e Constituinte*, por Lilian Arean Wechorenicy.

A seguir, o grupo dedicou-se ao tema *Educação e Constituinte*, apresentando moção à Assembléia Geral sobre verbas públicas para o ensino público, tendo em vista as várias versões que aparecem, no momento, sobre escola pública.

Ao final dos trabalhos, a coordenadora do GT justificou sua impossibilidade de continuar à frente do mesmo. Por unanimidade, foi escolhida a professora Maria das Graças Corrêa de Oliveira como coordenadora e Maria Lúcia Wanderley Neves como subcoordenadora, ambas da UFPe.

Durante todo o trabalho, perpassou a necessidade do GT poder encontrar-se em seminário próprio, para desenvolvimento de sua temática.

Ressalte-se o elevado espírito acadêmico que presidiu todas as sessões do GT, o alto nível das discussões e os avanços teórico e metodológico alcançados.

Maria das Graças Correa de Oliveira – UFPe

VII Encontro de Pesquisa em Educação no Nordeste

Com o objetivo de ampliar e aprofundar o conhecimento e a análise da produção de pesquisa em educação no Nordeste, realizar-se-á, no período de 1 a 4 de setembro do corrente ano, na sede da Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju, o *VII Encontro de Pesquisa em Educação do Nordeste*. As mesas-redondas de pesquisa serão formadas em torno de trabalhos efetivamente realizados na região, agrupados em 4 temas: Educação de 1º grau, Educação de 2º grau, Educação de 3º grau e Movimentos Sociais. Além dessas e das sessões de *Comunicações* haverá *Sessão Plenária de Avaliação da Proposta de Educação na Constituinte.*

Na programação estão incluídas ainda: reunião dos coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação; discussão da proposta "Por um doutorado em educação no Nordeste", e reunião regional dos sócios da ANPEd, esta última a realizar-se no dia 3 de setembro.

Endereços dos Coordenadores Atuais

1. **Política do Ensino de 1º Grau**
   Tereza Gally (UFPb)
   Av. Umbuzeiro, 1205 – Manaíra
   58035 João Pessoa – Pb
   Tel. (083) 226-1670

2. **Ensino de 2º Grau**
   Maria Aparecida Ciavatta Franco (UFF)
   Rua São Clemente 137/202
   22260 Rio de Janeiro – RJ
   Tel. (021) 266-4566

3. **Política do Ensino Superior**
   Maria de Lourdes de A. Fávero (UFRJ)
   Rua Paulo César de Andrade 70/203
   22221 Rio de Janeiro – RJ
   Tel. (021) 265-5521

4. **Educação Pré-Escolar**
   Ana Lúcia Goulart de Faria (UNICAMP)
   Rua Barão de Tatuí 427/23 – Santa Cecília
   01226 São Paulo – SP
   Tel. (011) 66-3474

5. **Educação Rural**
   Jacques Therrien (UFC)
   Rua Andrade Furtado 1755/405
   60000 Fortaleza – CE
   Tel. (085) 234-3713

6. **Educação Popular**
   Sérgio Haddad
   Rua Itapicura 305
   05463 São Paulo – SP
   Tel. (011) 815-1265

7. **Educação e Trabalho**
   Miguel Gonzales Arroyo (UFMG)
   Alameda Buritizeiros 55 – Ouro Velho
   34000 Nova Lima – MG
   Tel. UFMG (031) 441-8077

8. **Metodologia Didática**
   Marli Elisa André (PUC/SP)
   Rua Cardoso de Almeida 962/122
   05013 São Paulo – SP
   Tel. (011) 65-1210

9. **História da Educação**
   Clarice Nunes (PUC/RJ)
   Rua Marquês de Abrantes 192/1803 Bl. 1
   22250 Rio de Janeiro – RJ
   Tel. (021) 551-1756

10. **Licenciatura**
    Myriam Krasilchick (USP)
    Rua Itapicuru 816/61
    05005 São Paulo – SP
    Tel. (011) 65-6424

11. **Currículo**
    José Luiz Domingues (UFGo)
    Universidade Federal de Goiás
    Curso de Mestrado em Educação
    Rua Delenda Resende de Melo s/n
    74000 Goiânia – Go
    Tel. (062) 261-4666 – Ramal 213

12. **Alfabetização**
    José Roberto Mutton Leão (PUC/SP)
    Rua Heitor Bariani nº 94 – Tatuapé
    03080 São Paulo – SP
    Tel. (011) 296-2535

13. **Estado e política educacional no Brasil**
    Maria das Graças Correia de Oliveira (UFPe)
    Rua Padre Carapuceiro 399/601
    50000 Recife – Pe
    Tel. (081) 271-2399

REUNIÕES DE COORDENADORES

Durante os últimos anos, nas várias reuniões da ANPEd, sempre foram realizadas breves reuniões de coordenadores de Programas de Pós-Graduação, em geral abordando assuntos específicos da CAPES (avaliação, bolsas de estudos, auxílios financeiros, credenciamento de cursos etc.). Na IX Reunião Anual, pela primeira vez, esta atividade ocupou todo um dia, com agenda e coordenação específicas. Desde então, passou-se a trabalhar este momento como um forum dos coordenadores, *em termos de conhecimento e discussão a respeito de temas importantes e sobretudo tomada de decisões. Embora este aspecto ainda não esteja maduro, decisões importantes foram encaminhadas após discussões realizadas nestes encontros, ultrapassando o mero caráter informativo para o qual tendiam. Na X Reunião, por sua vez, por solicitação das agências responsáveis pelo Programa Integrado "Educação e Sociedade", estas discussões ampliaram-se bastante, envolvendo inclusive os Coordenadores de Grupos de Trabalho. As atas transcritas a seguir registram a agenda, o andamento e as decisões nelas tomadas.*

REUNIÃO DE COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO realizada em Salvador, aos 11 de maio de 1987, antecedendo a X Reunião Anual da ANPEd.

0. Constituiu-se em reunião preliminar, tendo em vista a importância dos temas a serem discutidos, em especial: a) *Proposta de sistemática de avaliação*, entre os assuntos relacionados na agenda CAPES; b) a solicitação das demais agências de ser apresentado aos coordenadores o *Programa Integrado "Educação e Sociedade"*, recém elaborado e c) preparar a programação dos *Estágios de Intercâmbio*, dentro do mesmo *Programa Integrado*. Além dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, foram convidados para esta reunião também os Coordenadores de Grupos de Trabalho; no entanto, por dificuldades várias apenas alguns estiveram presentes.

1. Iniciando a reunião, Prof. Osmar Fávero, Presidente da ANPEd, explicou a natureza da mesma, destacando a importância do trabalho conjunto entre os coordenadores e os representantes das agências: CAPES, INEP, FINEP e CNPq, que estariam presentes durante toda a X Reunião. Informou ainda sobre a programação completa desta Reunião Anual, insistindo nos procedimentos estabelecidos para que fossem alcançados seus objetivos: documentos finais semelhantes aos da Reunião de 1986, reforçando as posturas políticas relativas ao lugar da educação na nova Constituição e a preparação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que deve seguir-se à promulgação da Carta Magna. Afirmou esperar-se também uma boa resposta dos Grupos de Trabalho, não só em suas temáticas específicas, mas também no esforço de transformá-las em contribuições concretas ao tema central da X Reunião.

2. Passou-se a seguir à apresentação do *Programa Integrado "Educação e Sociedade"*, feita por Antônio Roberto Neiva Blundi e Maria do Carmo Peixoto, técnicos da FINEP. Estes apresentaram o histórico da elaboração do documento que estava sendo distribuído a todos os coordenadores, e destacaram suas linhas básicas. Houve pedidos de esclarecimento por parte dos participantes, em especial quanto à sistemática e prazos para a apresentação dos projetos de pesquisa, e questionamentos por parte do representante da CAPES, Rogério de Andrade Córdoba. Após esclarecimen-

tos e debate, explicou-se ainda que o Programa Integrado será conduzido por um Grupo de Assessoramento, formado pelos 4 representantes das agências financiadoras, por um representante de cada Comitê do CNPq, INEP e CAPES, e mais três membros da comunidade científica, a serem indicados pela ANPEd. Este grupo será instalado ainda em junho, com mandato de três anos. Já em 15 de julho será feita a avaliação dos projetos recebidos pela FINEP até esta data. Observou-se, finalmente, que além das linhas prioritárias já estabelecidas, o *Programa* poderá vir a incorporar a linha de "Informática e Educação", dependendo de reunião específica para definição do que esta linha virá a compreender.

3. A Profa. Bernadete Gatti, da Fundação Carlos Chagas e Coordenadora do *Projeto de Intercâmbio de Pesquisadores*, relatou a criação deste projeto, no âmbito do *Programa Integrado*, explicou seus objetivos, inclusive as redefinições dos mesmos ocorridos durante a realização da experiência. Apresentou breve avaliação dos estágios de intercâmbio, com a participação dos presentes ressaltando que os Grupos de Trabalho da ANPEd têm servido como elementos catalisadores e integradores em vários estágios, de forma que as iniciativas das agências vêm sendo cada vez mais articuladas com a participação da ANPEd. Foi aceita proposta de Bernadete Gatti, no sentido de que os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação assumissem a coordenação e os estágios de pesquisa, em suas respectivas universidades. E, como medida preliminar para a programação da 5ª etapa do projeto, a ser realizada no 2º semestre do ano corrente e 1º do próximo, insistiu-se na realização de reunião específica sobre este ponto, no final da tarde do dia 13.5 próximo. Tendo em vista a ausência de boa parte dos coordenadores de Grupos de Trabalho da ANPEd, combinou-se também que a reunião do dia 13 seria precedida de um contacto com esses coordenadores, recolocando-se para eles o essencial do *Programa Integrado* e do *Projeto de Intercâmbio.*

4. Finalmente, a profa. Ana Maria Saul, como Coordenadora da Comissão encarregada de preparar a *Proposta de sistemática de avaliação*, distribuiu o documento elaborado e explicou as idéias básicas do mesmo. Combinou-se imediatamente uma reunião dos coordenadores, na noite do dia 14.5, com o objetivo específico de discutir pontos essenciais da *Proposta* e preparar sua apresentação na reunião a ser realizada com Carlos Roberto Jamil Cury e Ricardo Martins, sobre assuntos específicos da CAPES, na tarde do dia 15, conforme programado.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE COORDENADORES DE GRUPOS DE TRABALHO realizada em Salvador, aos 13 de maio de 1987 durante a X Reunião Anual da ANPEd.

0. O objetivo específico da reunião foi apresentar o *Programa Integrado "Educação e Sociedade"* aos Coordenadores de GTs que não puderam estar presentes na tarde do dia 11.5. Compareceram também vários Coordenadores de Programas de Pós-Graduação.

1. Inicialmente, foram feitas colocações introdutórias, pelos representantes da FINEP, Antônio Roberto Neiva Blundi e Maria do Carmo Peixoto, situando a origem, os objetivos e as metas do *Programa Integrado.* Informaram que este contou, em sua elaboração com a assessoria de vários pesquisadores de diversas instituições, além de representantes das agências promotoras (FINEP e CNPq, do MCT; CAPES e INEP, do MEC) e dos respectivos Comitês de Assessores; dos presidentes da ANDE e do CEDES. Quanto à ANPEd, durante toda a vigência do Programa anterior e na elaboração deste, teve um representante compondo o Grupo de Coordenação, ao qual agregou-se um representante dos Grupos de Trabalho (todas estas pessoas estão nomeadas no documento). Ressaltaram que a idéia-mestra do referido *Programa* é a de que a pesquisa em educação deve se colocar numa perspectiva social mais ampla, além de tentar sistematizar me-

lhor a produção científica em temáticas consideradas carentes de produção e/ou de importância estratégica. A estrutura básica do *Programa Integrado* prevê a existência de um grupo de assessoramento constituído por representantes das agências e comitês acima referidos e por três pesquisadores a serem indicados pela ANPEd a cada três anos. A primeira reunião deste grupo será realizada na segunda semana de junho, especificamente para decidir a estrutura de funcionamento do *Programa.*

Os projetos de pesquisa deverão ser encaminhados até 15 de julho próximo, a fim de que haja possibilidade de financiamento de alguns já em 1987. Os interessados deverão procurar os formulários próprios entregues aos Coordenadores de Programas. Será válido encaminhar apenas uma *carta de intenções* para a FINEP que se encarregará de remeter os referidos formulários, posteriormente, caso a proposta seja considerada viável. A programação para 1988 deverá ser decidida pelo grupo de assessoramento. Alguns questionamentos foram feitos a partir dessas colocações, no sentido de saber o que vai ser mais valorizado pelas agências no julgamento do projeto, ou seja: qual a política de atendimento às solicitações, além da qualidade esperada dos diversos projetos de pesquisa. Foi explicitado que é intenção básica propiciar melhor organização dos grupos de pesquisa e financiar projetos institucionais de maior monta, não apenas no sentido de recursos financeiros, mas na perspectiva de ser aglutinador de grupos de pesquisadores experientes e sistematizadores da produção do conhecimento na área.

2. A situação orçamentária do *Programa Integrado* encontra-se delineada da seguinte maneira: INEP e FINEP já aprovaram e determinaram um quantitativo para o seu desenvolvimento; no CNPq, encontra-se em fase de aprovação e a CAPES está estudando uma forma de apoiar o *Programa.* Os representantes da FINEP informaram que esta dispõe de Cz$ 4,4 milhões, para efetivo desembolso, nas 8 linhas do *Programa*, para 1987; Cz$ 25 milhões, para 1988 e Cz$ 28,7 milhões, para 1989, corrigidos mensalmente pelo valor da OTN. (Há outros recursos para os projetos já contratados, aprovados ou em análise.) Colocaram ainda que os financiamentos anteriores voltavam-se fortemente para a complementação de vencimentos dos pesquisadores, tendo em vista a grande defasagem dos salários. Embora essa distorção tenha sido aceita conscientemente, é necessário que os pedidos de financiamento passem a priorizar os gastos diretos com as pesquisas.

Quanto ao INEP, a Diretora de Pesquisa deste Instituto, Profa. Acácia Zeneida Kuenzer, informou que, apesar de sua verba ter duplicado, só dispõe de Cz$ 10,5 milhões para este ano – o que daria para 10 bons projetos, no gabarito do órgão. Dispõe de mais de 9,7 milhões para o *Programa do Livro Didático*, sendo Cz$ 7,7 milhões para seminários e pesquisas e Cz$ 2 milhões para publicações. Atendendo à solicitação e proposta da ANPEd, o INEP obteve junto à Secretaria Geral do MEC a promessa de uma complementação de mais Cz$ 10 milhões, a serem utilizados para consolidação de equipes experientes de pesquisa e produção significativa que atenda a temas prioritários, em especial visando ao ensino de 1º e 2º graus e à formação do professor. Quanto a eventos, em princípio só poderão ser apoiados aqueles de caráter nacional e seminários regionais.

Aproveitou para solicitar que os projetos de fomento fossem encaminhados impreterivelmente até o dia 30.9.87 (balcão de pesquisas). Ressaltou ainda a realização de seminários de acompanhamento de pesquisas, reunindo pesquisadores, consultores e representantes das agências, em substituição ao controle frio, realizado apenas a partir de relatórios. A idéia é fazer-se um seminário para cada temática apoiada pelo INEP, estando previsto mais 3 seminários para este ano. Afirmou ainda que a atual gestão tem priorizado o programa de demanda, definido com a participação de representantes da comunidade científica.

Finalmente, informou sobre a existência do REDUC, organização latino-americana com recursos para elaboração de mapeamentos da produção científica na área. Financia resumos analíticos, bibliografias especializadas e "estados da arte". O INEP pode servir de intermediador com o REDUC,a partir das solicitações dos diferentes grupos de pesquisadores, ou mesmo da ANPEd, que deverão formalizar seus pedidos nas modalidades indicadas. O prazo para encaminhamento é livre.

REUNIÃO DE COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO realizada em Salvador, aos 13 de maio de 1987, durante a X Reunião Anual da ANPEd.

0. Tendo como objetivo definir critérios para a realização da 5ª Etapa do Programa de Intercâmbio de Pesquisa, realizou-se a segunda reunião dos Coordenadores de Programas, dirigida pela Profa. Bernadete Gatti, da FCC. Nesta reunião, contou-se também com a presença de vários coordenadores de Grupos de Trabalho.

1. Informou-se que já foram cumpridas três etapas do referido Programa; a 4ª encontra-se em andamento, devendo estar concluída em 30.6.87. Nesta há cinco estágios pendentes, dos quais dois já estão programados: Educação Popular (Porto Alegre, 23 a 25 de junho) e Formação do Professor (Goiânia, 31.6 a 2.7). Os demais — Educação e Trabalho, Teoria e Prática Pedagógica e Educação Rural — poderão vir a ser realizados, desde que se obtenha complementação de recursos financeiros do CNPq, especialmente devido ao aumento das tarifas aéreas.

2. Sobre a 5ª Etapa, propôs-se:

a) extensão dos estágios a todos os Programas de Pós-Graduação;

b) nova forma de programação, sendo necessário montar imediatamente um quadro de estágios pretendidos para o 2º semestre de 1987 e 1º semestre de 1988.

Esta nova proposta pressupõe que:

a) o representante natural da instituição deverá ser o coordenador da pós-graduação ou alguém por ele designado;

b) critérios de participação dos pesquisadores deverão ser definidos;

c) o Programa deverá ser discutido pelos Coordenadores de Pós-Graduação e os professores de sua unidade, levando-se em conta os possíveis participantes dos estágios. É necessário que cada coordenador envie à Profa. Bernardete Gatti os nomes dos pesquisadores interessados em participar, assim como cópia de seus projetos de pesquisa. Profa. Bernardete montará a programação, enviando-a aos coordenadores para compatibilização. Retornando à Coordenadora, esta programação será encaminhada às agências financiadoras, para consolidação e alocação de verbas para os estágios. Decidiu-se que o prazo para apresentação das propostas será o dia 10.6 próximo, a fim de que alguns estágios possam ser realizados a partir do mês de outubro. Cada Programa deverá se pronunciar pelo máximo de 5 estágios e justificar se deseja sediar um deles;

d) deverá haver permuta de informações entre os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação e dos Grupos de Trabalho da ANPEd, pois estes poderão indicar estagiários.

3. As linhas temáticas atualmente contempladas no Programa são: a) Educação rural; b) Formação do professor; c) Política, planejamento e financiamento da educação; d) Currículo; e) Educação especial; f) Educação e trabalho; g) Ensino de 2º grau; h) Alfabetização; i) Ensino de ciências; j) História da educação; k) Educação popular; l) Teoria e prática pedagógica.

Após discussões sobre que temas seriam fixados para a 5ª Etapa, decidiu-se pela manutenção dos 12 temas acima. Novos estágios poderão vir a ser programados futuramente. Para isto os coordenadores de programas de-

verão encaminhar à Profa. Bernardete Gatti os nomes das pessoas interessadas em encontrar-se com outras que pesquisam uma mesma temática ou com problemas específicos em determinada metodologia.

4. Foi ressaltado que o Programa de Intercâmbio, por sua natureza, deve privilegiar pesquisadores desconhecidos e núcleos de pesquisas novos. Discutiu-se que faltam condições aos pesquisadores para realizar intecâmbios a partir de relatórios acabados ou semi-acabados das pesquisas. Decidiu-se estudar a possibilidade de realização de um segundo tipo de intercâmbio – idéia de "workshop", no interior da própria ANPEd – o que vem sendo coberto, em parte, por alguns Grupos de Trabalho.

REUNIÃO DE COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO realizada em Salvador aos 15 de maio de 1987, durante a X Reunião Anual da ANPEd, das 14 às 17 h.

0. Inicialmente, Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, Presidente da Comissão da CAPES para a área de educação, solicitou atualização dos endereços dos Coordenadores de Programas presentes, em uma lista. Prof. Ricardo Chaves de R. Martins, da Coordenação de Acompanhamento e Avaliação da CAPES, ressaltou a importância deste encontro, necessário ao entendimento da pós-graduação em educação e desta com a CAPES.

1. Passou-se, a seguir, à apresentação do documento *Proposta e sistemática de avaliação dos cursos de pós-graduação em educação*, elaborado pela Comissão constituída dos Professores Ana Maria Saul (PUC/SP, coordenadora), Ozir Tesser (UFC), Nicanor Palhares Sá (UFMT) e Menga Lüdke (PUC/RJ e UFF)). Houve o apoio à filosofia geral da proposta e sugestão de execução de estudo-piloto em alguns Programas, além de se sugerir que o acompanhamento do processo de avaliação fosse feito pela Comissão responsável pelo documento. Vários participantes se pronunciaram a respeito da execução da proposta, ressaltando a importância da ênfase na dimensão qualitativa, tal como consta do documento, e não apenas na quantitativa. Prof. Carlos Roberto Jamil Cury louvou o produto apresentado pela Comissão, colocou que a proposta é viável em algumas partes e afirmou acreditar que, embora esta contenha alguns dualismos no que se refere à fundamentação, é importante aperfeiçoá-la, após receber as sugestões dos Programas, para encaminhamento ao Conselho Técnico Científico da CAPES. Submetida aos presentes, a *Proposta de sistemática de avaliação* foi aprovada como final de uma primeira fase de sua elaboração, decidindo-se que esta deverá ser colocada em discussão nos Programas de Pós-Graduação em Educação e que a ANPEd receberá sugestões e críticas até o dia 15 de julho, enviando-se diretamente para Ana Maria Saul (Rua Prof. Custódio de Faria 20 – CEP 02422 – São Paulo – SP). Até esta mesma data, os Programas deverão, ainda, se pronunciar quanto ao interesse em participar da experiência-piloto sugerida.

A segunda parte da reunião constou dos seguintes itens:

2.1 *Doutorado* – Face à grande demanda pelo doutorado, a CAPES deverá aumentar o número de bolsas para o exterior, de 2 mil para 10 mil bolsas, nos próximos 3 anos. Esta expansão fundamenta-se na demanda existente e na questão da análise de necessidades das áreas consideradas prioritárias de pessoal qualificado. A partir de 1988, pretende-se realizar recrutamento nas instituições, para o doutorado no exterior. Esta iniciativa da CAPES exige dos colegiados e da ANPEd uma resposta bem refletida a fim de que, sem desprezar a iniciativa, isto não venha a significar a desaceleração do que de bom existe no país.

2.2 *Carências da área – Metodologia da Pesquisa e Filosofia da Educação* foram cita-

das como disciplinas onde há maior carência de profissionais. Enfatizou-se a necessidade de se preparar cadastro de professores com suas especialidades, para efeito de atendimento a pedidos de consultoria e de outras solicitações que surgem frequentemente.

2.3 *Visão da área* — Necessário traçar perfil das áreas reais da pós-graduação em educação, com época de seleção, corpo docente etc. Para tanto, é preciso que cada Programa faça esforço nesse sentido, tomando como exemplo o Programa de Pós-Graduação da UFBa.

2.4 *Critérios de alocação de bolsas de estudo* — A área de educação é considerada privilegiada, por dispor de 560 bolsas, em relação às demais. Tem sido feito esforço para evidenciar que a área é bastante grande, sendo necessário garantir-lhe maior número de bolsas. É importante que os Programas solicitem mais bolsas, a fim de possibilitar melhor alocação das cotas, subsidiar sua distribuição e corrigir eventuais distorções.

2.5 *Quadro de avaliadores* — Foi longamente debatido o processo de eleição deste quadro. Dois fatores complicaram as decisões da IX Reunião Anual da ANPEd, reforçando-se mutuamente: a) os resultados destas decisões não obtiveram resposta da parte de muitos Programas de Pós-Graduação em Educação, que os confirmasse; b) a CAPES estendeu a todas as áreas do conhecimento o processo de indicação praticado na área de educação. Com isto, houve uma superposição de consultas, gerando confusões. Daí ser importante para o primeiro fator discriminar que decisões tocam ao *Forum de Coordenadores* e que decisões devem passar pelos respectivos colegiados. E para o segundo fator, houve inadequação de comunicação entre as partes.

Com relação ao quadro de avaliadores para o corrente ano, decidiu-se manter a relação apresentada pelo Prof. Cury, como resultado da consulta realizada pela CAPES, a saber: Alceu Ferrari, Ana Maria Saul, Jacques Velloso, Nilda Alves e Terezinha Fróes. Tendo em vista a ausência da Profa. Terezinha Fróes, da UFBa, os programas do Nordeste deverão articular-se para confirmar sua indicação, após consulta à mesma, ou indicar seu substituto (Ozir Tesser ou Arnon Andrade), prevalecendo neste caso o critério regional.

2.6 *Seminários Regionais de Pesquisa* — Recomendou-se que esses Seminários devem contemplar estudos sobre a questão política de pós-graduação, discutindo-se em especial a criação dos cursos de doutorado e expansão dos mestrados, através de uma reunião regional dos coordenadores de programas. Necessário também que a ANPEd circule informações sobre aqueles eventos para todos, não somente através de Boletins, mas sobretudo através de uma informação mais rápida.

X REUNIÃO ANUAL DA ANPEd (SALVADOR, 11 A 15.5.87)
REPRESENTANTES DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO

Nomes	Agências	Reuniões		
		11.5	13.5	15.5
1. Acácia Zeneida Kuenzer	INEP		X	
2. Antonio Roberto Neiva Blundi	FINEP	X	X	
3. Bernardete Angelina Gatti	FCC/CNPq/Comitê Assessor	X	X	
4. Carlos Roberto Jamil Cury	CAPES/Comissão de Consultores			X
5. Maria do Carmo Peixoto	FINEP	X	X	
6. Maria Lucia Vilhena Garcia	CNPq		X	
7. Ricardo Chaves de Resende Martins	CAPES			X
8. Rogério de Andrade Córdova	CAPES	X		X
9. Vera Ferreira Caixeta	CNPq	X	X	

X REUNIÃO ANUAL DA ANPEd (SALVADOR, 11 A 15.5.87)
RELAÇÃO DOS COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
(inclusive Vice-Coordenadores e Representantes)

Nomes	Instituições	Reuniões		
		11.5	13.5	15.5
1. Ana Maria Saul	PUC/SP (Supervisão e Currículo)	X	X	X
2. Anita Favaro Martelli (1)	USP	X	X	X
3. Antonio Ferreira de Souza Sobrinho (3)	FUFPi		X	
4. Clóvis Renan Jacques Guterrez	UFSM	X	X	
4. Denise Meyrelles de Jesus (2)	UFES	X		
6. Dermeval Saviani (1)	PUC/SP (Doutorado em Educação)			X
7. Ester Buffa	UFSCar	X		X
8. Elza Vieira de Souza Teixeira (5)	UFRJ	X	X	X
9. Gaudêncio Frigotto (1)	FGV/IESAE			X
10. Giselda Santana Morais	UFSe		X	X
11. Hélio Pontes	UFMG	X	X	X
12. Heloisa Lück	UFPr	X	X	X
13. Iracema Lima Pires Ferreira	UFPe	X	X	X
14. Iracy Silva Picanço	UFBa	X		X
15. Iria Brzezinski (3)	UCGo	X		
16. James Patrick Maher	UNICAMP	X	X	X
17. José Carlos Abrão (3)	UFSM	X	X	
18. José Eano Taglieber (2)	UFSC	X	X	X
19. José Luiz Domingues	UFGo	X	X	X
20. José de Ribamar Ribeiro	UFPb	X	X	
21. Kleide Márcia Barbosa Alves	UnB	X		X
22. Lêda Maria Nogueira Margotto	UFES	X		X
23. Maria Emília Amaral Engers	PUC/RS	X		X
24. Maria Malta Campos	PUC/SP (Filosofia da Educação)			X
25. Mariana Alvares da Cruz	UFRJ	X	X	X
26. Marileide de C. Costa (2)	UFPe	X		X
27. Merion Campos Bordas	UFRGS	X	X	X
28. Mirian Trindade Garret (4)	UFAm	X		X
29. Nazilda Maria Corrêa dos Santos (4)	UFPa			X
30. Neide Varela Santiago	UFRN	X		X
31. Nilda Alves	UFF	X		X
32. Nicanor Palhares Sá	UFMT	X		X
33. Nilton Bueno Fischer (2)	UFRGS	X		
34. Otávio Augusto de Araújo Tavares (2)	UFRN	X	X	X
35. Ozir Tesser	UFC			X
36. Peri Mesquida (1)	UNIMEP	X	X	X
37. Regina de Assis	PUC/RJ	X	X	X
38. Roberto Jarry	UFPb			X
39. Sheilah Rubino de Oliveira Kellner (2)	UFF	X	X	X
40. Sérgio Vasconcelos de Luna	PUC/SP (Psicologia da Educação)	X		X

1. Representante do Coordenador
2. Coordenador Adjunto, Vice-Coordenador ou Subcoordenador
3. Diretor do Centro de Educação e representante das Faculdades de Educação ou Pró-Reitorias
4. Representante da Coordenação de Programas de Pós-Graduação "lato sensu"
5. Membro da Comissão de Coordenação da Pós-Graduação.

ASSEMBLÉIAS GERAIS

Nas assembléias gerais são tomadas decisões vitais para a Associação. Em Salvador, foram realizadas duas assembléias, nos dias 12 e 15 de maio. A primeira destinou-se especificamente à indicação de uma comissão que se encarregaria de redigir as normas que orientariam o processo eleitoral, realizado pela primeira vez por correspondência; proceder à inscrição de chapas e decidir sobre a prorrogação do mandato da Diretoria em exercício, a fim de tornar possível a execução daquele processo e o encerramento dos compromissos financeiros e fiscais. A segunda, além de discutir e aprovar os documentos conclusivos do tema geral, reproduzidos no início deste Boletim, *discutiu e aprovou também as normas do processo eleitoral e escolheu a comissão que se encarregaria de proceder as eleições; aprovou as moções, recomendações e manifestação provindas dos grupos de trabalho e dos participantes; escolheu os representantes da ANPEd que se incorporariam ao Grupo de Assessoramento do Programa Integrado "Educação e Sociedade" e decidiu sobre anuidades e outros aspectos administrativos.*

As atas abaixo retratam o andamento dos trabalhos e os documentos aprovados são transcritos na íntegra. Por decorrerem das normas eleitorais, transcrevemos, também, o Programa de Trabalho apresentado pela Diretoria em exercício que se candidatou à reeleição, como chapa única.

Ata da I Assembléia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Aos doze dias do mês de maio de hum mil, novecentos e oitenta e sete, realizou-se a Assembléia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, por ocasião da X Reunião Anual da ANPEd. A pauta desta reunião compreendeu os seguintes itens: a) processo eleitoral; b) inscrição de chapas; c) assuntos gerais. Em relação ao primeiro item, Prof. Jesus de Alvarenga Bastos, Secretário Geral da ANPEd, informou sobre as dificuldades operacionais desse processo, tal como exigido pelas modificações estatutárias feitas por ocasião da 8ª Reunião Anual da ANPEd. Trata-se de processo que exige razoável montante de recursos financeiros, além da constituição de uma Comissão Eleitoral, responsável pela elaboração das normas, acompanhamento do processo e controle quanto à recepção da correspondência. Deverá, contudo, ser operacionalizado dentro do critério de bom-senso. Ressaltou que as normas deveriam ser elaboradas pelo Conselho Deliberativo da entidade, conforme consta de seu Estatuto. Este Conselho, não se sentindo a vontade para tal, preferia passar a delegação à Comissão Eleitoral a ser indicada na presente Assembléia Geral. Prof. Jesus apresentou, ainda, a necessidade de prorrogação do mandato da atual Diretoria pelo prazo de 90 dias, para que sejam ultimadas as prestações de contas dos convênios em andamento. Feito o encaminhamento da proposta, esta foi aprovada pelo prazo de 120 dias. Por solicitação dos presentes, sugeriu-se a constituição de duas comissões – uma para elaboração das normas para o processo eleitoral e a outra responsável pelo próprio processo. Esta proposta foi aprovada, após encaminhamento para votação. Passou-se à composição da primeira Comissão, que ficou constituída pelos Professores Glaura Vasques de Miranda (UFMG), Selma Garrido Pimenta (PUC/SP) e Waldemar Sguissardi (UFSCar). Por proposta do Prof. Je-

sus, foi aclamada por unanimidade a sugestão de se elaborarem primeiro as normas e posteriormente, durante a Assembléia Geral do dia quinze de maio, proceder-se a escolha dos membros que virão a compor a Comissão Eleitoral. Quanto ao segundo item, Professor Osmar Fávero, presidente da ANPEd, colocou a proposta de reeleição dos atuais Conselhos Deliberativo e Fiscal, apenas com a substituição da Professora Ira Maria Maciel que, por motivos profissionais e pessoais, não poderia continuar no cargo de Secretária Adjunta. Informou que o Prof. José Silvério Baia Horta já havia sido contactado para substituí-la, tendo aceito. Apresentou após as razões que motivaram o atual Conselho Deliberativo a fazer tal proposta, constantes de documento que será distribuído posteriormente. Foi aprovada, a seguir, a prorrogação do prazo de inscrição de outras chapas para o dia 15 de maio, para melhor articulação entre os presentes, sem prejuízo da inscrição já feita. Dada a exigüidade de tempo, transferiu-se para a Assembléia Geral do dia quinze de maio, o tratamento do item três.

Ata da II Assembléia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Aos quinze dias do mês de maio de hum mil, novecentos e oitenta e sete, realizou-se a Assembléia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. A pauta constou dos seguintes itens: 1. Eleições; 1.1 Normas; 1.2 Constituição da Comissão Eleitoral; 1.3 Inscrição de chapas; 2. Grupo de Assessoramento ao Projeto Integrado de Educação; 3. Assuntos Gerais; 3.1 Relatório da gestão 1985-87; 3.2 Prestação de contas; 3.3 Anuidades; 3.4 Indicativos das sedes da CBE e da próxima reunião da ANPEd; 3.5 Resultados dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Avaliação/CAPES; 4. Relatório sobre Educação e Constituinte; 5. Relatório da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 6. Relatório dos Grupos de Trabalho; 7. Moções. Com referência ao item 1, a Profa. Glaura Vasques de Miranda (UFMG), procedeu a leitura das Normas para eleição da Diretoria, elaboradas pela Comissão constituída na Assembléia Geral do dia doze de maio, composta pelos professores: Selma Garrido Pimenta (PUC/SP), Valdemar Sguissard (UFSCar), além da Profa. Glaura, como coordenadora. Após sugestões apresentadas pela Assembléia Geral e incorporadas ao documento, no que coube, foram as referidas normas aprovadas em bloco. Quanto à Comissão Eleitoral, foi aprovada por aclamação a indicação dos Professores Hélio Pontes, Glaura Vasques de Miranda e Eliane Marta Teixeira Lopes, todos da Universidade Federal de Minas Gerais, para a constituição da mesma. Aberta a inscrição de chapas para o biênio 1987-89, Prof. Osmar Fávero, Presidente da ANPEd, ratificou a inscrição da atual Diretoria, apenas com substituição da Profa. Ira Maria Maciel, Secretária Adjunta, por José Silvério Baía Horta do IESAE e da UFRJ. Não houve inscrição de outras chapas. Quanto ao item 2. Professora Glaura Vasques de Miranda (UFMG) foi solicitada a apresentar proposta de nomes para integrar o grupo de assessoramento ao Programa Integrado de Educação, por ter sido a mesma representante da ANPEd junto àquele Programa. A proposta foi aceita por aclamação, ficando o grupo constituído dos seguintes professores: Titular: Iracy Silva Picanço (UFBa); Suplente: Maria Nobre Damasceno (UFC); Titular: Valdemar Sguissardi (UFSCar); Suplente: Nilton Buenos Fischer (UFRGS); Titular: Hermengarda Lüdke (PUC/RJ); Suplente: Maria Aparecida Ciavatta Franco (UFF). Sobre o item 3, o Prof. Osmar Fávero apresentou síntese do relatório da gestão 1985-87, constante de documento já distribuído aos participantes. Destacou os pontos mais importantes, os quais se constituíram no

programa de trabalho para o período maio de 1987 a setembro de 1989. O Prof. Jesus de Alvarenga Bastos, Secretário Geral, complementando o relato anterior apresentou a prestação de contas da entidade, referente ao biênio 1985-87. Ressaltou o apoio recebido da Universidade Federal Fluminense durante aqueles dois anos, bem como das agências financiadoras – INEP, CAPES, CNPq, FINEP e FNDE que, através de contratos e convênios, concederam recursos financeiros para o desenvolvimento dos trabalhos da associação. Procedeu a leitura do parecer do Conselho Fiscal, aprovando as prestações de contas da atual gestão, submetendo-o à apreciação da Assembléia Geral que ratificou a aprovação daquele Conselho. Submeteu, ainda, à consideração dos presentes, proposta de anuidades para o biênio 1987-89, tendo sido aprovada como se registra a seguir: sócios institucionais: Cz$ 5.000,00 (cinco mil cruzados); sócios individuais: Cz$ 500,00 (quinhentos cruzados). Ambas as anuidades serão reajustadas nos meses de julho e janeiro, seguindo a variação da OTN. Por sugestão dos presentes tendo em vista a conveniência da ANPEd ter uma sede própria, aprovou-se proposta de rifa para obtenção de recursos financeiros para aquele fim. Com referência ao item 3.4, Prof. Osmar Fávero informou que a realização da V CBE será provavelmente no mês de setembro de 1988, também provavelmente em Brasília. Ao mesmo tempo, informou que a Diretoria registrava e aceitava a oferta feita pelos Professores Merion Bordas e Nilton Bueno Fischer, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para que a XI Reunião Anual da ANPEd se realize em Porto Alegre, ao final de março ou início de abril de 1988. A Profa. Ana Maria Saul (PUC/SP), passou, a seguir, a apresentar o resultado dos trabalhos do GT de Avaliação da CAPES, feito pela Comissão constituída por ocasião do encontro de coordenadores de programas de pós-graduação em educação, realizado em junho de hum mil, novecentos e oitenta e seis, no Rio de Janeiro, durante a IX Reunião Anual da entidade. Esta Comissão foi constituída dos Professores Ozir Tesser (UFC), Nicanor Palhares Sá (UFMT), Hermengarda Lüdke (PUC/RJ), além da Profa. Ana Maria Saul, como coordenadora. O documento resultante foi distribuído aos coordenadores de programas e apresentado aos Professores Carlos Roberto Jamil Cury e Ricardo Chaves de Resende Martins, na tarde deste mesmo dia. A segunda parte desta Assembléia Geral foi dedicada à apresentação, discussão e aprovação dos documentos elaborados durante a X Reunião Anual da ANPEd, como resultado dos trabalhos de grupos. Iniciou-se pela leitura do documento sobre "Educação e Constituinte", elaborado por uma Comissão Especial na qual se integraram inclusive representantes de outras entidades do Forum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito. Constitui-se em ofício a ser entregue a todos os vinte e um deputados integrantes da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte do Congresso Constituinte, redigido a partir da análise da versão preliminar do relatório apresentado pelo Senador João Calmon à referida Subcomissão, nos primeiros dias do mês de maio, em confronto com a proposta elaborada pelo Forum da Educação. Foi debatido e aprovado com pequenas alterações de forma. Resolveu-se também que a versão definitiva será enviada imediatamente a todos os sócios e publicada no Boletim ANPEd. A Profa. Elba de Sá Barreto (ANDE) sugeriu que as moções dos Grupos de Trabalho recebidas pela Comissão ao final de seus trabalhos, fossem votadas em forma de recomendações, o que foi aceito pelos presentes. O Prof. Osmar Fávero fez a leitura das mesmas, sendo discutidas e aprovadas uma a uma. Passou-se, em seguida, à leitura do documento "Em direção às novas diretrizes e bases da educação", redigido pela Comissão composta pelos Professores Arnon Andrade (UFRN), Selma Garrido Pimenta (PUC/SP) e Ira Maria Maciel (UERJ). Este documento sintetiza as proposições e sugestões colhidas nas conferências e debates realizados durante as manhãs da X Reunião, assim como contribuições específicas dos Grupos de Trabalho. Após a leitura, a Comissão recebeu sugestões de reformulações que, aceitas, foram incorporadas ao documento e aprovadas pela Assembléia Geral. Decidiu-se que a versão de-

finitiva será enviada imediatamente a todos os sócios e publicada no Boletim ANPEd. Em seguida, seguiu-se o mesmo procedimento anterior, ou seja, leitura das moções referentes às novas diretrizes e bases da educação para aprovação pelos presentes. O relatório síntese dos Grupos de Trabalho foi o último documento apresentado. Submetido à aprovação dos presentes foi aprovado sem alterações. A seguir, Prof. Robert Verhine apresentou proposta de se criar a figura de "coordenador dos coordenadores de Grupos de Trabalho", dada a necessidade de maior articulação entre esses Grupos. Discutida a proposta, decidiu-se por atribuir essa tarefa a um Vice-Presidente, de preferência à Profa. Leda Scheibe (UFSC), por ter acompanhado de perto aqueles grupos, nessa X Reunião. Passou-se, a seguir, à leitura e aprovação das moções gerais: a) de reconhecimento ao apoio do INEP e solicitação de maiores recursos para este órgão, dirigida ao Ministro da Educação e Secretário-Geral do MEC; b) de reconhecimento ao trabalho do Comitê de Educação do CNPq e estranheza por não ter sido incluído no novo Comitê o representante do Nordeste, apesar de votação significativa para o mesmo; c) ao Ministro da Educação e Presidente do Conselho Federal de Educação, demonstrando perplexidade pela designação da Comissão Especial para formulação dos currículos mínimos dos cursos de Licenciatura, sem participação da comunidade acadêmica; d) de defesa à extensão de direito de greve a todos os funcionários do setor público, dirigida à Comissão dos Direitos do Trabalhador, do Congresso Constituinte; e) de agradecimento à Universidade Federal da Bahia, demais órgãos e pessoas que viabilizaram a realização da X Reunião em Salvador. Prof. Jesus de A. Bastos solicitou fosse registrado agradecimento à Profa. Ira Maria Maciel, pela participação ativa e prestimosa durante o tempo que foi Secretária-Adjunta, a ser transformado em moção à reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o que foi aprovado.

Normas para Eleição da Diretoria

Art. 1º – As eleições para Presidência, Secretaria Geral e Conselhos Deliberativo e Fiscal serão realizadas por correspondência, nos termos do § 3º do Art. 8º do Estatuto da ANPEd.

Parágrafo único – As eleições, por voto secreto e universal de seus associados, serão regidas pela presente Norma.

Art. 2º – A Presidência deverá publicar um edital de convocação das eleições, no prazo de sessenta dia que antecede a Assembléia Geral em que se dará a inscrição de chapas.

§ 1º – As chapas serão inscritas durante a Assembléia Geral da ANPEd.

§ 2º – É condição essencial para inscrição de uma chapa a apresentação de:

a) requerimento assinado por todos os membros da chapa, vedadas lacunas ou repetições de nomes em mais de uma chapa;

b) programa mínimo de trabalho;

c) indicação de um fiscal para acompanhar os trabalhos de eleição e apuração.

§ 3º – Poderão ser registradas chapas para o Conselho Deliberativo e para o Conselho Fiscal, sendo vedado o registro de nomes para cargos isolados.

§ 4º – Todo candidato a cargo eletivo deverá estar quite com a contribuição anual da Associação.

Art. 3º – Consideram-se como sócios com direito a voto os que estiverem quites com a anuidade do ano em curso, até a data de realização da Assembléia Geral destinada à inscrição de chapas.

Art. 4º – Para organização e execução das eleições será constituída, pela Assembléia Geral, uma Junta Eleitoral.

§ 1º – A Junta Eleitoral será formada por três sócios da ANPEd, indicados pela Assembléia Geral, cabendo a Presidência a um deles.

§ 2º – Considerar-se-á dissolvida a Junta

Eleitoral no ato de posse do Presidente, Secretário Geral e Conselhos Deliberativo e Fiscal eleitos.

Art. 5º – Cabem à Junta Eleitoral as seguintes providências:

a) receber da Secretaria Geral a lista de associados em condições de votar;

b) receber as chapas inscritas na Assembléia Geral e seus programas de trabalho;

c) providenciar a impressão do material eleitoral (chapas, programas, cédulas e envelopes de retorno);

d) expedir a correspondência aos associados com as cédulas rubricadas pelo Presidente da Junta, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização da Assembléia Geral de inscrição;

e) receber os envelopes com os votos dos associados, registrá-los e colocá-los em urna apropriada;

f) proceder à apuração dos votos no trigésimo dia a contar da expedição da correspondência;

g) enviar a ata com o resultado da apuração à Diretoria, para posse.

§ 1º – As cédulas deverão ser confeccionadas de modo a garantir o sigilo do voto.

§ 2º – Os programas dos candidatos a serem divulgados pela ANPEd deverão conter no máximo 3 laudas datilografadas.

§ 3º – A Secretaria Geral colocará à disposição da Junta Eleitoral os recursos materiais e financeiros necessários à realização das eleições.

Art. 6º – Os recursos contra os trabalhos de pleito só poderão ser interpostos até 7 dias após a apuração das eleições, devendo o julgamento ser corroborado dentro de 15 dias, em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

Parágrafo único – Os recursos serão dirigidos ao Presidente da ANPEd.

Art. 7º – A posse do Presidente, do Secretário Geral e do Secretário Adjunto eleitos dar-se-á em ato público, em local a ser definido de comum acordo com a Diretoria que tem seu mandato encerrado, presidida pelo Presidente da Junta Eleitoral.

§ 1º – Os demais membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal eleitos serão empossados em ato público, com a presença de no mínimo 10 associados quites e de representação da Diretoria que encerra seu mandato.

§ 2º – Para cada ato de posse deverá ser lavrada ata apropriada a ser enviada à Secretaria Geral da ANPEd.

Art. 8º – As eleições para o biênio 1987/1989 serão realizadas sem a publicação do edital de que trata o Art. 2º.

Parágrafo único – Nas eleições para o biênio 1987/1989, considerem-se como sócios com direito a voto aqueles que estiverem quites com a anuidade de 1987 até 22 de maio corrente.

Programa de Trabalho para a Gestão Set. 1987 a Set. 1989

Com base em sua experiência de dois anos na atual gestão e levando em conta as necessidades da área, a Diretoria que se candidata à reeleição propõe-se a realizar esforços para a consecução das seguintes iniciativas:

1. *Quanto ao ensino*

Considerando a realidade dos cursos de pós-graduação em educação e a possibilidade de revitalização da universidade, pela recuperação dos salários dos professores e início de melhoria das condições de trabalho, caberia à ANPEd promover:

a) a discussão, sistematização e divulgação das experiências de superação das áreas de concentração atuais, com vistas a definir novos caminhos para a pós-graduação brasileira;

b) a discussão das propostas acadêmicas

dos programas de pós-graduação, levando em conta sua experiência, vocação, disponibilidade de professores e a demanda atual, por parte dos candidatos e dos movimentos sociais, com vistas a sua adequação ou reformulação;

c) a realização de estágios e intercâmbio de professores, para troca de experiência e reforço mútuo dos programas;

d) estudo sobre as clientelas atuais e potenciais do mercado, levando em conta as especificidades e heterogeneidades e procurando detectar as causas reais da evasão dos alunos;

e) a avaliação da atual sistemática de orientação de teses e dissertações, levando em conta as exigências que recaem sobre os orientadores e orientandos e o significado social da produção, sugerindo novas formas de ação;

f) acompanhar a revisão da sistemática de avaliação da CAPES, em particular através da experiência-piloto proposta no estudo realizado por comissão específica;

g) propor subsídios para a política de criação dos cursos de doutorado, estudando formas concretas de consórcio e colaboração entre universidades e entre as várias áreas, dentro das universidades.

2. *Quanto à pesquisa*

Considerando o quadro de descontinuidade, dispersão e desarticulação que tem marcado o desenvolvimento da pesquisa na área de educação, insistir junto às agências de fomento e mediar sua atuação no sentido de:

a) apoiar sobretudo projetos institucionais de pesquisas que venham a fortalecer núcleos e centros de pesquisa, principalmente através da consolidação das respectivas equipes;

b) procurar garantir assessoria aos programas de pós-graduação, para que elaborem projetos institucionais de pesquisas de bom nível;

c) implantar mecanismos que viabilizem efetivamente uma política de divulgação e socialização do saber, principalmente junto às redes de ensino, universidades e movimentos sociais;

d) ajudar a constituição de equipes de pesquisa, através de estágios de intercâmbio e outras iniciativas que venham a garantir a formação mais adequada dos pesquisadores e possibilitem a melhoria do desempenho individual dos mesmos;

e) apoiar a articulação de programas, centros de pesquisa e associações congêneres, com vistas à execução de projetos interdisciplinares.

Estas ações poderão vir a ser muito facilitadas pela efetiva implantação do Programa Integrado "Educação e Sociedade", recentemente aprovado pelas agências de fomento (CAPES, INEP, FINEP e CNPq), no qual a ANPEd tem tido significativa participação.

3. *Quanto às relações*

Procurar manter contacto sistemático com outras associações da sociedade civil, em três níveis:

a) com a ANDE e o CEDES, tendo em vista a realização das CBEs e a atuação junto aos órgãos oficiais do MEC;

b) com as instituições que vieram a compor o *Forum de Educação em Defesa do Ensino Público e Gratuito* para atuar junto ao Congresso Constituinte, a saber: Associação Nacional de Educação – ANDE, Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES, Associação Nacional de Profissionais da Administração Educacional – ANPAE, Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – ANDES, Confederação dos Professores do Brasil – CPB, Central Geral dos Trabalhadores – CGT, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, Federação Nacional dos Orientadores Educacionais – FENOE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas – SEAF, União Brasileira dos Estudantes Secundários – UBES e União Nacional dos Estudantes – UNE;

c) com as *instituições congêneres* e de pós pós-graduação em outras áreas, tais como: Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC, Associação

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP, Associação Nacional de Professores Universitários de História – ANPUH, entre outras.

4. *Quanto às ações-meio*

Para a atual Diretoria, a fase próxima futura da ANPEd configura-se como essencialmente de definição mais precisa de seus rumos, em termos de consolidação, o que envolve tarefas no sentido de:

a) fixar o quadro de sócios, estabelecendo os vínculos mínimos para sócios institucionais e definindo melhor os critérios de admissão para estes e os sócios individuais;

b) ampliar a representação junto aos diversos órgãos e entidades, em especial a CAPES e o INEP, no MEC; e o CNPq e a FINEP, no MCT, a partir de um conhecimento maior das possibilidades dos sócios e através de uma sistemática de consulta eficiente, que viabilize indicações rápidas e obtidas democraticamente;

c) garantir recursos para manutenção da Secretaria Geral e do apoio necessário à Presidência (inclusive os Vices Presidentes), em termos de viagens, contactos e reuniões periódicas, com vistas à articulação dos programas, dos núcleos e dos grupos de trabalho;

d) dar tratamento especial a duas tarefas que se revelaram extremamente absorventes:

– publicações, através de uma comissão editorial;

– CBEs, pelo funcionamento permanente de uma comissão específica;

e) iniciar a montagem, na Secretaria Geral, de uma estrutura que permita recolher e disseminar com maior eficiência, informações sobre bolsas de estudo e apoio a publicações; assim como indicações sobre livros, revistas, teses e dissertações da área de educação e de áreas afins, e relatórios de pesquisas realizadas e projetos em execução;

f) estudar a viabilidade de aquisição ou cessão de uma sede nacional, provavelmente no Rio de Janeiro, como base permanente para contactos com os sócios e entidades, assim como para reunião de arquivos e documentos da "memória" da ANPEd;

g) estudar a forma de constituição dos núcleos locais, principalmente nos casos em que as universidades desenvolvem cursos de especialização e investem na formação de equipes de pesquisa, com vistas à abertura de cursos de mestrado;

h) rever a viabilidade e conveniência da implantação de Subsecretarias Regionais;

i) apoiar decisivamente os Grupos de Trabalho, estrutura que se mostrou adequada à própria natureza da Associação.

Obs.: O desenvolvimento desses pontos certamente exigirá uma revisão do Estatuto em vigor.

Moções

1. Ao Constituinte Geraldo Campos, Presidente da Subcomissão dos Direitos do Trabalhador

Os educadores reunidos por ocasião da X Reunião Anual da ANPEd, realizada em Salvador, no período de 11 a 15 de maio de 1987, vêm reafirmar sua firme posição frente à necessidade de ser consagrado, nos termos da Nova Constituição, o direito de greve de todos os trabalhadores do setor público e privado, entre eles incluídos os profissionais do ensino.

2. Sobre Definição do Ensino Público

O Grupo de Trabalho sobre Estado e Política Educacional, reunido na X Reunião Anual da ANPEd, considerando as interpretações que vêm sendo veiculadas nos debates nacionais sobre o novo texto constitucional quanto ao entendimento do que seja *ensino público*, reafirma o § 2º do Art. 11 da proposta educa-

cional para a Constituição, elaborada pelo Forum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, que sugere a destinação de recursos públicos exclusivamente para instituições educacionais criadas e mantidas pela União, pelas unidades federadas e pelos municípios.

3. Ao Dr. Clodowaldo Pavan, Diretor do CNPq

Os educadores reunidos por ocasião da X Reunião Anual da ANPEd, reconhecendo o nível do trabalho que vem sendo realizado pelo Comitê Assessor do CNPq e a importância de sua atuação junto à comunidade científica, vêm manifestar a V. S. sua estranheza pelo não cumprimento do critério de representatividade regional, divulgado como aspecto que seria levado em consideração e critério aceito pela comunidade acadêmica da área de educação e que se vem expressando sistematicamente nas diversas manifestações para eleição dos vários comitês.

4. Ao Ministro da Educação e ao Presidente do Conselho Federal de Educação

Os educadores reunidos por ocasião da X Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), realizada em Salvador, de 11 a 15 de maio de 1987, vêm:

1. demonstrar sua perplexidade frente a formulação do Parecer nº 233/87 – CFE, no qual se retoma: a) a questão da licenciatura curta, cuja ineficácia já foi demonstrada por estudos e experiências apresentadas pelas diversas associações de educadores e pesquisadores da área; b) a questão da "conversão dos cursos de Ciências Sociais em cursos de Estudos Sociais", área de estudos criada em situação de exceção em nosso país e contra a qual já se pronunciaram associações de respeitabilidade social e acadêmica, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), da Associação Nacional de Professores Universitários em História (ANPUH) e da Associação dos Geólogos do Brasil (AGB); c) a questão das licenciaturas em geral, sobre a qual o referido parecer é omisso no que se refere aos inúmeros estudos que vêm se desenvolvendo nas sociedades científicas e organizações de educadores, a exemplo da Comissão de Estudos hoje existente na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador; d) a questão da reformulação do curso de pedagogia, questionando a formação dos chamados especialistas em educação, sem considerar os vários caminhos também bastante frutíferos que têm sido tomados quanto aquele curso e sem incorporar as contribuições da Comissão de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador e os resultados de pesquisas;

2. colocar-se contra a existência da Comissão criada pelo citado parecer, por considerar que a mesma: a) só engloba elementos do Ministério da Educação; b) é extremamente extemporânea, na medida que se vive hoje, em nosso país, o momento de formulação de uma Constituição que lutamos seja a mais democrática possível, e após a qual e somente então, será possível se constituir uma legislação ordinária, que ordene a questão da formação dos profissionais do ensino, necessária ao momento histórico brasileiro.

5. Ao Ministro da Educação, ao Secretário Geral do MEC e ao Diretor do INEP

Os educadores reunidos por ocasião da X Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em Salvador, de 11 a 15 de maio de 1987, manifestam seu agradecimento ao INEP, pelo significativo apoio financeiro recebido desse órgão, para os trabalhos da ANPEd. Os resultados imediatos desta X Reunião já revelam a importância desse apoio, ao mesmo tempo que demonstram o bom uso que se pode e deve fazer do dinheiro público.

Nesse sentido, tomam a liberdade de transmitir a preocupação da comunidade acadêmi-

ca com as parcas verbas atribuídas ao INEP – organismo de pesquisa do Ministério da Educação e monumento histórico da área educacional – em especial no que se refere a eventos, ao fomento e ao apoio institucional a grupos de pesquisadores.

Manifestam a importância e a necessidade deste quadro ser revertido imediatamente. Para isso, solicitam o empenho pessoal do Ministro da Educação, Dr. Jorge Bornhausen, e do Secretário Geral do MEC, Dr. Aloísio Sotero, na decisão de destinar ao INEP verba significativa para pesquisa.

6. Agradecimentos

Os educadores reunidos por ocasião da X Reunião Anual da ANPEd, vêm manifestar o seu agradecimento:

a) as agências INEP, CAPES, FINEP e CNPq no sentido de terem possibilitado a realização da reunião e pela presença de seus técnicos durante o seu desenvolvimento, fazendo encontros com os Coordenadores de Pós-Graduação, os Coordenadores de Grupos de Trabalho e contatos diversos para o fomento da pesquisa em educação;

b) Aos conferencistas Otávio Elísio Alves, Dermeval Saviani, Jacques Veloso, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Otávio Augusto de Araújo Tavares, assim como aos convidados que atuaram nos diversos grupos de trabalho: Déa Fenelón, Marcos Arruda e Guadalupe Bertucci, pela valiosa contribuição que trouxeram às reflexões encaminhadas nesta reunião;

c) Ao Governo do Estado da Bahia, sobretudo à Secretaria de Educação, através do Departamento de Ensino de 1º e 2º graus, ao Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira e à Secretaria Particular do Sr. Governador; à Universidade Federal da Bahia, através do Sr. Reitor, em especial às Pró-Reitorias de Planejamento e Administração e de Pós-Graduação e Pesquisa, assim como à Faculdade de Educação e à Coordenação do Curso de Mestrado em Educação; à Prefeitura Municipal de Salvador, ao Centro de Educação Tecnológica e à Escola Técnica Federal da Bahia e às empresas públicas e privadas que garantiram a infra-estrutura e deram apoio para a realização desta X Reunião Anual;

d) aos representantes das entidades ANDE, CEDES, SBPC, ANPAE, FENOE e CRUB pelo empenho de juntos discutirmos questões relevantes relativas ao desenvolvimento da pós-graduação em educação, da pesquisa e de propostas de diretrizes e bases que garantam a realização de uma educação básica para a maioria da população brasileira a serem encaminhadas aos constituintes;

e) aos grupos que assumiram os relatórios finais apresentados nesta assembléia, especialmente ao de Educação e Constituinte.

Recomendações

1. Pré-Escola

O Grupo de Trabalho da Pré-Escola recomenda a modificação do Art. 9º da proposta do FORUM DA EDUCAÇÃO na Constituinte, no sentido de manter o espírito do item incluido na Carta de Goiânia, a saber:

Art. 9 – Inclui-se na responsabilidade do Estado, a oferta de creches para crianças de zero a três anos e pré-escolas e/ou creches, dos quatro aos seis anos.

Dada a atual situação e organização do atendimento à criança nessa faixa etária, seria prematuro definir uma divisão dessa faixa etária no texto constitucional, nos termos propostos, o que poderia criar dificuldades legais e burocráticas para a extensão do atendimento educacional para as crianças menores de 7 anos.

2. Ensino de 2º Grau

Os educadores participantes da X Reunião Anual da ANPEd, realizada em Salvador, no período de 11 a 15 de maio de 1987, manifestam às demais entidades integrantes do Forum de Educação, sua preocupação com a melhor definição do ensino de 2º grau na Constituinte. Neste sentido recomendam:

– que conste da Carta Constitucional o texto original do art. 5º da Carta de Goiânia: "O ensino de 2º grau constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos", ao qual se acrescente:

§ 1º Ao ensino público de 2º grau serão garantidos, na forma da lei, recursos financeiros necessários à sua manutenção e desenvolvimento.

– que a questão de organização do ensino de 2º grau seja encaminhada para debate amplo, com vistas a subsidiar a elaboração de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

– que fique estabelecido no parágrafo único do art. 2º da proposta do Forum: "é dever do Estado o provimento em todo o território nacional de vagas públicas, em número suficiente para atender à demanda".

3. Educação de Adultos

Considerando:

– que existem hoje no Brasil mais de 40 milhões de pessoas acima de 15 anos sem a escolaridade de 1º grau, número significativo que por sua grandeza e características faz dessa realidade motivo de exigência por uma atuação eficaz por parte do Estado;

– que a educação básica de jovens e adultos, por suas características específicas (idade, trabalho, relações sociais), deve cada vez mais se aproximar de uma proposta pedagógica adequada a esta especificidade;

– que a nova proposta educacional para jovens e adultos não deve estar atrelada aos modelos atual ou anterior, sem uma avaliação crítica destas experiências e ao mesmo tempo com o aproveitamento de outras experiências neste campo educacional;

Sugerem:

– substituição do atual item VI do art. 2º do Anteprojeto da Constituinte por: *garantia de ensino fundamental para todos*;

– inclusão de novo item, após o item I, do art. 32: *garantia de ensino fundamental público e gratuito para jovens e adultos, que a ele não tiveram acesso em idade definida pela lei, com duração e características próprias.*

4. Estrutura do Ensino

Os educadores presentes à X Reunião Anual da ANPEd, realizada em Salvador, no período de 11 a 15 de maio de 1987, recomendam que, na redação dos dispositivos constitucionais, seja evitado o uso da nomenclatura atualmente em uso, no que se refere à estrutura de ensino, a fim de não fechar a possibilidade de redefinição da mesma na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Manifestação

Os pós-graduandos membros da ANPEd, reunidos durante o X Encontro, entenderam como forma de contribuição ao fortalecimento da entidade em sua dimensão política e científica, de construírem um espaço de discussão de problemas específicos à produção científica no âmbito de seus trabalhos. Questões como financiamento, intercâmbio, liberação de serviço foram temas debatidos em reuniões realizadas durante os três dias do Encontro, que culminaram com a formalização de um espaço de reuniões permanente para a socialização das alternativas que se encontram no âmbito nacional da Pós-graduação.

Assinam: Carmem Lúcia B. Bandeira e Ester C. S. Rosa (UFPe); Neide C. Amorim, Jacyra Feldman, Wilma Amazonas, Maria Inês

C. Marques e Stela Borges Guedes (UFBa); Sandra M. Faleiros Lima, Clarisse Duro Goldberg, Márcia Sebastiani e Elisabete Gabbi (UNICAMP); Luiz Fernandes Dourado, Antônio Roberto M. Braga e Raimundo Alberto Damasceno (UFGo); Maria Marta A. P. Nobre (UFSCar); Vilma Vítor Cruz e José Nicolau de Souza (UFRN); Armando M. Barros (UFF) e Rosana C. Zucolo (UFSM).

Bolsas: cortes e protestos

Governo anuncia cortes

Em reunião ministerial, o Presidente José Sarney anunciou medidas destinadas a conter o déficit público. Entre os cortes (que atingem todos os setores) destaca-se o congelamento do número físico de bolsas de estudos até dezembro de 1988 nos níveis estabelecidos para 1987 (até que atinjam sete, nove e 14 salários mínimos, de acordo com o nível de graduação) desvinculando seu valor do salário do professor universitário. Só não serão congeladas as bolsas para o exterior, que são vinculadas ao dólar. (JB 27 e 28/8)

Telex enviado ao ministro Renato Archer em 3/9/87 pela presidente da SBPC Carolina Bori.

Manifestamos preocupação com notícias da possível redução do número de bolsas de estudos e da desvinculação do seu valor dos níveis salariais dos professores de universidades federais. Consideramos importante preservar política de expansão do número e estabilidade valores das bolsas condição necessária para garantir sucesso dos programas de formação de recursos humanos.

O aumento do número de bolsas e o seu vínculo aos níveis salariais das universidades federais é antiga reivindicação da comunidade científica. Alterações como as noticiadas redundarão em grave retrocesso na política de apoio ao desenvolvimento científico sucessivamente reafirmada pelo governo.

Abaixo-assinado enviado ao ministro da Fazenda Bresser Pereira pelos membros dos Comitês Assessores do CNPq em 2/9:

Entre as medidas recentemente anunciadas pelo Governo Federal para a redução do déficit público foi incluída a intenção de limitar o número e desvincular os valores das bolsas de estudo dos salários das Universidades Federais. Nós, abaixo assinados, membros dos Comitês Assessores do CNPq e diretamente envolvidos no processo de seleção de bolsistas no Brasil e no exterior, gostaríamos de expressar a V. Excia. nossa preocupação diante de tal anúncio. O esforço legítimo que deve ser realizado para reduzir as despesas não pode, como neste caso, comprometer de modo irremediável o desenvolvimento autônomo de nosso país. O sistema de bolsas de estudos para formação de pessoal é um programa que envolve recursos irrisórios, mas ao mesmo tempo representa uma esperança de que o Brasil possa se libertar do atraso no seu desenvolvimento científico e tecnológico. Vale destacar que o retorno deste investimento também se dá a curto prazo. Deste modo vimos solicitar a V. Excia. que o ainda frágil sistema de bolsas seja preservado desses cortes, juntamente com os orçamentos para centros de formação e pesquisa científica e tecnológica.

Fonte: SBPC. Ciência Hoje. Informe (período 22/8 a 19/9)

INFORME ANPEd

Forum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito

O *Forum da Educação* foi constituído por 15 entidades: ANDE – Associação Nacional de Educação, ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, ANPAE – Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar, CPB – Confederação dos Professores do Brasil, CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade, CGT – Central Geral dos Trabalhadores, CUT – Central Única dos Trabalhadores, FASUBRA – Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SEAF – Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, UBES – União Nacional dos Estudantes Secundaristas, UNE – União Nacional dos Estudantes, FENOE – Federação Nacional dos Orientadores Educacionais e ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Foi convocado em setembro de 1986 pela CPB, ANDES e UNE, visando a promover uma grande campanha em torno da defesa da escola pública; o início efetivo de seu funcionamento ocorreu no mês de março de 1987, quando foram estabelecidos contactos mais sistemáticos com alguns parlamentares preocupados com a questão da educação, antes mesmo da organização das Subcomissões do Congresso Constituinte.

A condição básica para integrar o *Forum* é ter caráter nacional e lutar pela educação pública e gratuita em todo o país. Dois são seus objetivos: a) subsidiar parlamentares progressistas interessados na questão educacional e na elaboração de propostas a serem incorporadas ao capítulo sobre Educação e outros capítulos relevantes; b) fazer a pressão junto aos parlamentares para que essas propostas sejam aprovadas, mobilizando todos aqueles que têm sensibilidade para a questão e pressionando os demais. Em conseqüência, o *Forum* planejou: a) uma campanha nacional de mobilização popular em defesa da escola pública e gratuita e b) uma campanha sistemática de esclarecimento e pressão junto aos parlamentares, além da assessoria sistemática aos deputados progressistas.

Essas campanhas definiram-se em torno de quatro eixos: 1. educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e em todos os níveis; 2. destinação exclusiva das verbas públicas para as escolas públicas; 3. aplicação de 13% da receita tributária da União e 25%, no mínimo, da receita tributária dos Estados, Distrito Federal e Municípios exclusivamente na manutenção e desenvolvimento dos sistemas oficiais de ensino, 4. democratização do acesso, permanência e gestão da educação. Estes quatro eixos foram divulgados num primeiro *Manifesto*, no dia 9 de abril do corrente ano, em sessão pública realizada na Câmara Federal, e se concretizam na *Proposta Educacional para a Constituição*, a ser encaminhada como emenda popular, em agosto próximo ao Congresso Constituinte. Estes dois documentos são transcritos a seguir.

Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita

Lutamos por uma educação pública, gratuita, crítica, laica, democrática e de qualidade. Se esta é uma luta já antiga, hoje mais do que nunca ela é necessária. É uma luta pela trans-

formação da educação que temos.

Os problemas centrais da educação no Brasil são o descompromisso do poder público com a educação e a privatização do ensino, resultando no baixíssimo nível de escolaridade da população. Fugindo à sua responsabilidade social com o ensino e a produção do saber, o governo desenvolve uma política educacional que favorece o empresariamento do ensino, tratado como mercadoria.

Oito milhões de crianças em idade escolar estão fora do sistema educacional. Trinta milhões de brasileiros são analfabetos. São poucos os filhos de trabalhadores que continuam seus estudos além de algumas séries iniciais. O descaso com a educação e o desvio de recursos governamentais para os estabelecimentos particulares vêm prejudicando a qualidade do ensino público, que continua apresentando carências crônicas e dramáticas. Apesar das conquistas dos trabalhadores da educação, seus salários continuam aviltados e as condições de trabalho permanecem precárias.

Defendemos a escola pública e gratuita porque a educação é um direito de todo cidadão. Esta luta passa hoje, principalmente, pela exigência de uma efetiva política de ampliação e fortalecimento de toda a rede oficial de 1º e 2º graus, faculdades e universidades. Os princípios desta política devem estar expressos na Constituição.

Vivemos um momento crucial para a construção da democracia em nosso país. A Constituição que queremos não pode ter como marca fundamental o descompromisso com a maioria da sociedade, com seus anseios de justiça e com suas legítimas aspirações de igualdade e de respeito aos direitos individuais e sociais.

Hoje o Congresso Constituinte, apesar das limitações a que está submetido pela vigência da legislação da ditadura militar, inclusive a lei da greve e de segurança nacional, e pelo abuso do poder econômico no processo eleitoral, é, contudo, um importante espaço de luta e conquista social.

Queremos uma educação para todos os brasileiros e marcada pela significativa ampliação do espaço democrático. É preciso que todos tenham acesso à escola. É preciso reverter a saída prematura de tantos alunos do sistema educacional, oferecendo condições para que nele permaneçam por mais tempo e com maior proveito. É preciso que a escola tenha uma gestão democrática. É preciso que a universidade tenha plenamente garantida sua autonomia pedagógica, científica e administrativa.

A educação pela qual lutamos conjuga saber crítico e compromisso com a realidade social e sua transformação. O ensino em todos os níveis deve voltar-se para o desenvolvimento da capacidade de pensar, julgar e agir.

Só a escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade pode cumprir este papel para o conjunto da população.

Só a universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente pode cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país.

Neste momento arregimentam-se as forças privatistas, interessadas em se apropriar de mais verbas públicas do ensino para servir grupos minoritários. É chegada a hora de uma grande CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA PARA TODOS. No interesse da maioria a Constituinte precisa garantir os seguintes princípios básicos:

1. A educação é direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis;

2. O governo Federal destinará nunca menos de 13%, e os governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aplicarão, no mínimo, 25% de sua receita tributária na

manutenção e desenvolvimento do ensino público e gratuito;

3. As verbas públicas destinam-se exclusivamente às escolas públicas, criadas e mantidas pelo governo Federal, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

4. A democratização da escola em todos os níveis deve ser assegurada quanto ao acesso, permanência e gestão.

Conclamamos todos os brasileiros a se manifestarem publicamente na defesa destes princípios para garantir sua aprovação na Constituinte. Vamos organizar uma ampla e massiva Campanha em Defesa da Escola Pública e Gratuital

Proposta Educacional para Constituição

Art. 01 – A Educação, baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da soberania nacional e do respeito aos direitos humanos é um dos agentes do desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade, visando a preparação para o trabalho e a sustentação da vida.

Art. 02 – O ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade é direito de todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social.

§ único – É dever do Estado o provimento em todo o território nacional de vagas em número suficiente para atender à demanda.

Art. 03 – É livre a manifestação pública de pensamento e de informação. Sobre o ensino e a produção do saber não incidirão quaisquer imposições ou restrições de natureza filosófica, ideológica, religiosa ou política.

§ único – É proibida toda e qualquer forma de censura.

Art. 04 – O ensino de primeiro grau, com oito anos de duração, é obrigatório para todas as crianças a partir de sete anos de idade, visando propiciar formação básica comum indispensável a todos.

§ 1º – Cabe aos Poderes Públicos a chamada à escola até, no mínimo, 14 anos.

§ 2º – É permitida a matrícula no primeiro grau a partir de seis anos de idade.

§ 3º – O ensino de primeiro grau, público e gratuito, será também garantido aos jovens e adultos que na idade própria a ele não tiveram acesso.

§ 4º – A União assegurará, supletivamente, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os meios necessários ao cumprimento da obrigatoriedade escolar na forma do *caput* deste artigo.

Art. 05 – O ensino de segundo grau constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos. Visa assegurar formação humanística, científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica em todas as modalidades de ensino em que se apresentar.

No segundo grau serão oferecidos cursos de:

I. formação geral;

II. caráter profissionalizante, em que a formação geral seja articulada com formação técnica de qualidade;

III. formação de professores para as séries iniciais do 1º grau e da pré-escola.

Art. 06 – As instituições de ensino e pesquisa brasileiras devem ter garantido um padrão de qualidade indispensável para que sejam capazes de cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país, contribuindo para a melhoria das condições de vida, trabalho e participação da população brasileira.

§ 1º – As Instituições de Ensino Superior terão plenamente garantida a sua autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira.

§ 2º – As Instituições de Ensino Superior brasileiras serão necessariamente orientadas pelo princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 07 – A formação, mediante estágios, deverá propiciar condições de aprendizagem condignas e compatíveis com cada área de especialização, na forma da lei.

Art. 08 – O Estado garantirá a todos o direito ao ensino público e gratuito através de programas sociais, devidamente orçamentados no seu setor específico, tais como:

I. transporte, alimentação, material escolar e serviço médico-odontológico nas creches, pré-escolas e escolas de 1º grau;

II. bolsas de estudo a estudantes matriculados na rede oficial pública, quando a simples gratuidade não permitir que continuem seu aprendizado.

Art. 09 – Inclui-se na responsabilidade do Estado, na forma do artigo 01:

I. A oferta de creches para crianças de zero a três anos e ensino pré-escolar dos quatro aos seis anos;

II. A garantia de educação especializada para os portadores de deficiências físicas, mentais e sensoriais em qualquer idade.

Art. 10 – O ensino, em qualquer nível, será obrigatoriamente ministrado na língua portuguesa, sendo assegurado aos indígenas o ensino também em sua língua nativa.

Art. 11 – Anualmente a União aplicará nunca menos de 13%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% no mínimo, da receita tributária, exclusivamente na manutenção e desenvolvimento dos sistemas oficiais de ensino, na forma da lei.

§ 1º – Para fins desse artigo excluem-se as escolas e centros de treinamento destinados a fins específicos e subordinados a Ministérios, Secretarias e empresas públicas, que não o Ministério da Educação.

§ 2º – É vedada a transferência de recursos públicos a estabelecimentos educacionais que não integrem os sistemas oficiais de ensino.

Art. 12 – Serão criados mecanismos de controle democrático da arrecadação e utilização dos recursos destinados à Educação, assegurada a participação de estudantes, professores, funcionários, pais de alunos e representantes da comunidade científica e entidades da classe trabalhadora.

Art. 13 – As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a recolher a contribuição do salário-educação, na forma da lei.

§ único – Os recursos do salário-educação destinam-se exclusivamente ao desenvolvimento do ensino público oficial de 1º grau, vedado seu emprego para qualquer outro fim.

Art. 14 – Anualmente a União aplicará nunca menos de 2% do valor do Produto Interno Bruto em atividades de pesquisa científica e tecnológica desenvolvida no país.

Art. 15 – O Estado autorizará a existência de escolas particulares desde que não recebam verbas públicas, que estejam organizadas segundo padrões de qualidade e que sejam subordinadas às normas ordenadoras da educação nacional.

§ 1º – A existência de escolas privadas estará condicionada à observância daquelas normas, à garantia aos professores e funcionários da estabilidade no emprego, de remuneração adequada, de carreira docente e técnico-funcional e da participação de alunos, professores e funcionários nos organismos de deliberação da instituição, bem como a garantia de que a instituição sustentará econômica e financeiramente o funcionamento da escola.

§ 2º – Cabe aos Poderes Públicos assegurar, através da fiscalização, a observância permanente dessas normas e condições, sob pena de suspensão da autorização para o funcionamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, na forma da lei.

§ 3º – Os estabelecimentos de ensino privado, em funcionamento na data de promulgação deste Ato, deverão ajustar-se aos dispositivos legais ou terão sua autorização de funcio-

namento suspensa, na forma da lei.

Art. 16 – Compete à União elaborar o Plano Nacional de Educação, prevendo a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 17 – A lei regulamentará a responsabilidade dos Estados e Municípios na administração de seus sistemas de ensino e a participação da União com vistas a assegurar padrões de qualidade, na forma do art. 1º

Art. 18 – A lei regulamentará a participação da comunidade escolar (professores, estudantes, funcionários e pais), da comunidade científica e das entidades representativas da classe trabalhadora em organismos democraticamente constituídos para a definição e o controle da execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal).

Art. 19 – A gestão acadêmica, científica, administrativa e financeira de todas as instituições de ensino de todos os níveis e das instituições de pesquisa, além de todos os organismos públicos de financiamento de atividades de pesquisa, extensão, aperfeiçoamento de pessoal docente e desenvolvimento científico e tecnológico deverá ser democrática, conforme critérios públicos e transparentes.

§ 1º – As funções de direção e coordenação nas instituições de ensino em todos os níveis e nas instituições de pesquisa serão preenchidas através de eleições pela comunidade da instituição respectiva, sendo garantida a participação de todos os segmentos dessa comunidade.

§ 2º – A produção, a seleção, a edição e a distribuição de material didático sob a responsabilidade do poder público devem ser submetidas ao controle social e democrático da comunidade, garantindo-se a representatividade dos diferentes pontos de vista, respeitadas as especificidades regionais e culturais.

Art. 20 – As normas de funcionamento e supervisão do ensino, fixadas em lei, visarão assegurar padrões de qualidade, na forma do artigo 01.

Art. 21 – A lei estabelecerá em nível nacional, princípios básicos das carreiras do magistério público para os diferentes níveis de ensino, assegurando:

I. provimento de cargos e funções mediante concurso público de títulos e provas;

II. salário e condições dignos de trabalho e aperfeiçoamento profissional;

III. estabilidade no emprego, seja qual for o regime jurídico;

IV. aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço;

V. direito irrestrito à sindicalização;

VI. condições para a elaboração e aplicação do estatuto do magistério municipal em todos os municípios que dispuserem de rede própria de ensino. Os municípios que não cumprirem o estabelecido serão punidos na foma da lei.

Do Sistema Tributário, do Orçamento e das Finanças

Art. I – Integram a receita de impostos dos Estados, Distrito Federal e Municípios os tributos diretamente arrecadados, bem como aqueles que lhes forem transferidos nos termos da Lei.

Art. II – Os estabelecimentos privados de ensino não serão beneficiados por isenção fiscal de qualquer natureza, ficando sujeitos aos mesmos impostos que incidam sobre as atividades das demais empresas privadas.

Art. III – Os valores das receitas e das despesas dos Poderes Constituídos das esferas federal, estadual e municipal serão de domínio público no que respeita às suas diversas origens e finalidades, modos de arrecadação e formas de emprego.

Da Legislação Complementar

Art. I – A legislação complementar estabelecerá sanções para os casos de violação dos mandamentos Constitucionais.

ANPEd NOTÍCIAS

Grupo de Assessoramento do Programa Integrado "Educação e Sociedade"

0. A primeira reunião do Grupo de Assessoramento ao Programa Integrado "Educação e Sociedade" ocorreu no dia 12 de junho de 1987, na FINEP/Rio, contando com a presença de 13 participantes, assim distribuídos: Eda Coutinho, pela CAPES e Carlos Roberto Jamil Cury, pela Comissão de Educação desse órgão, Walter Garcia e Maria Lúcia Vilhena Garcia, pelo CNPq e Magda Soares, pelo Comitê Assessor desse Conselho; Acácia Zeneida pelo INEP e Leda Scheibe pelo Comitê de Pesquisa desse Instituto; Antonio Roberto Neiva Blundi, Maria do Carmo Lacerda Peixoto e Rosângela Isidoro Cabral, pela FINEP; Iracy Picanço, Waldemar Sguissardi e Menga Lüdke, representantes da ANPEd.

1. A principal função do Grupo de Assessoramento será o de recomendar os projetos que considerar enquadrados dentro das expectativas do Programa Integrado. Os projetos já terão sido avaliados por consultores *ad hoc*. Sendo o Programa Integrado de ampla abrangência, certamente cobrirá a maior parte dos projetos apresentados. A lista de consultores *ad hoc* já utilizada pela FINEP deverá ser completada através de consultas ao CNPq, à CAPES e aos próprios programas de pós-graduação.

2. Foram apresentadas as disponibilidades financeiras de cada uma das agências participantes do Programa, ficando também estabelecidas as modalidades de participação mais adequadas a cada uma delas, de acordo com suas características habituais de trabalho, a saber: a CAPES e o CNPq continuarão a se responsabilizar pelas bolsas de estudo e de pesquisa, assim como por auxílio-viagens que se fizerem necessários; o INEP prefere aplicar sua contribuição no custeio de pesquisa; à FINEP caberá toda a parte de infraestrutura desses projetos.

3. Foram levantados ainda, neste primeiro contacto, vários assuntos importantes que deverão ser objeto de discussão das próximas pautas, tais como: a) problema do registro e veiculação dos produtos da pesquisa em educação, para evitar desperdícios e garantir a continuidade dessa produção; b) a necessidade de um sistema de acompanhamento e avaliação dos projetos, que possa de fato ajudar o crescimento dos pesquisadores e da contribuição da pesquisa aos problemas educacionais.

4. Todos os projetos até agora apresentados à FINEP serão analisados pelo Grupo de Assessoramento, já tendo sido discutidos nesta reunião alguns eventos propostos para financiamento. A próxima reunião, a realizar-se em 24 de agosto do ano corrente, incluirá em sua pauta o exame dos projetos recebidos até então.

5. Ficou estabelecido que o Grupo de Assessoramento se reunirá de dois em dois meses, não necessariamente no Rio de Janeiro, podendo, portanto, a reunião ser sediada em qualquer outra das instituições-membros do Programa, ou mesmo em outra instituição.

6. Esta primeira reunião foi bastante trabalhosa, mas sem dúvida rica em sugestões para tornar o trabalho do Grupo de Assessoramento o mais proveitoso possível junto ao Programa que parece muito promissor.

7. No que se refere aos representantes da ANPEd no Grupo de Assessoramento, ficou decidido que, sob a forma de rodízio, a cada reunião um dos três elaborará um relatório sobre a mesma para publicação no Boletim da ANPEd.

Pelos representantes da ANPEd
Menga Lüdke – UFF e PUC/RJ

ESPAÇO ANPEd

Rio, setembro de 1987.

Prezada Ira.

Este "espaço", como de resto todas as outras seções do nosso *Boletim*, na fase atual, foi idéia sua. Utilizo-o hoje para uma carta aberta dirigida a você. Não bem uma carta de despedida, por você não ter podido continuar na Diretoria por mais um período. Quero usar o "espaço ANPEd", para em nome da Diretoria da qual você fez parte, fazer-lhe um agradecimento.

Trabalhamos juntos dois anos. Nestes dois anos, pelo menos duas atividades guardam sua marca e sua presença: o *Boletim* e as *Reuniões Anuais*. Em ambas você foi fundo, conosco, pensando, repensando, recriando, puxando a gente. De tudo o que fizemos nesta gestão, estas duas atividades foram, a meu ver, as melhores. E certamente as que mais apareceram, firmando a imagem da ANPEd.

Vou me deter apenas no *Boletim*. Olhando o conjunto dos seis números impressos temos um álbum-de-retratos de tudo o que quisemos fazer nestes dois anos. (Quase tudo, porque não houve tempo , dinheiro, gente, nem fôlego para que tudo fosse feito.) Foi inteligente sua idéia de recuperar a memória da ANPEd. Foi extremamente oportuna a decisão de centrar cada número do *Boletim* numa temática vital para a pós-graduação e para a própria ANPEd. Alternamos ênfases em temas mais amplos (avaliação, por exemplo), com temas mais nossos (grupos de trabalho). Em dois números fixamos nossas próprias reuniões anuais, elas mesmas reestruturadas. Conseguimos sistematizar e publicar a memória e prática atual da ANPEd, confrontando-as com a memória e a prática de outras entidades da sociedade civil, frente ao Estado. Fomos num crescendo e fisicamente o boletim foi "engordando". Ao mesmo tempo, foi se projetando para fora da Associação.

Conseguimos uma quase-proeza: criar um veículo de comunicação e informação relativamente novo, que superou os modelos existentes. Os dois números que ainda faremos neste ano desenvolverão temáticas que você deixou esboçados: sobre a produção e a divulgação do conhecimento científico na pós-graduação em educação e sobre a expansão e consolidação dos programas na área.

Pode ser que sua feição mude um pouco, na tentativa de melhorá-la cada vez mais. E também porque cada um que assume gosta e tem o direito de pôr sua marca nas coisas que faz – você sabe muito bem disto. Mas, no essencial, ainda estamos mantendo o mesmo projeto.

Vale lembrar que às vezes nos estranhávamos: pelas suas correrias; pelos papéis que você misturava todas as vezes, quando não os perdia...; pelos colaboradores que você arranjava para as tarefas de transcrição e revisão... tentando provar que podiam fazer isto tão bem e talvez até melhor que Marília e eu próprio. Quantas vezes nos dissemos que estas tarefas não me competiam, como presidente. E as mesmas vezes nos demos conta que, juntos, estávamos criando algo essencial para a ANPEd. Algo que, por circunstâncias, só poderiam sair de nossas cabeças e de nossas mãos. Este foi o pedaço melhor do nosso trabalho.

Neste agradecimento, quis lembrar estas coisas que fizemos juntos, deixando ao Jésus a tarefa nem sempre gloriosa de "servir de árbitro" e de "pagar as contas", como você mesmo dizia. Chegaremos a sentir falta disto? Certamente. De sua parte, quando senti-la, passe por aqui: sempre haverá o que discutir e no que ajudar.

Um abraço, em nome de todos,

Osmar.

ANEXOS

RELATÓRIO DA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CNPq EM 1987

(Brasília, 31 de março a 03 de abril de 1987)

Nesta primeira reunião do ano de 1987 o C.A.-ED, assim como os demais C.As., trabalhou com a convocação extraordinária de quatro de seus membros cujos mandatos, embora passíveis de renovação, tiveram seu término em dezembro/86. Por diversas razões (greve dos correios, das universidades etc.) o processo de indicação de reconduções ou novos membros por parte dos Programas de Pós-Graduação e Associações Científicas foi retardado, o que motivou esta convocação a fim de dar andamento normal às solicitações encaminhadas ao CNPq.

Entraram em exame: a) auxílios à: pesquisa, pesquisador visitante, viagens e eventos científicos; b) bolsas: de pesquisa, apoio técnico e pós-doutorado no exterior; c) auxílios e bolsas de cooperação internacional.

No Quadro I, adiante, estão discriminados os pedidos e concessões diversas. Observou-se que a demanda da área para esse julgamento foi atípica, pois ficou muito aquém do usual. Talvez isto se deva aos novos prazos fixados para encaminhamento das solicitações e à greve das universidades federais no 2º semestre/86.

Esta reunião foi marcada por uma série de tensões geradas pela forma como foi encaminhado o seu planejamento, especialmente no que dizia respeito a alocações de recursos e quotas diversas e aos critérios de atendimento tal como foram postos no item II do documento "Instruções para os Comitês Assessores – julgamento C.A. – 04.87". Na forma em que está redigido, o papel dos Comitês Assessores fica pouco explicitado estando aparentemente dissolvido entre outros critérios (disponibilidade orçamentária, prioridades definidas pelo govêrno etc., e um vago item colocado como "Outros"). Os Comitês Assessores do CNPq têm tido uma participação historicamente importante na definição de políticas de fomento e desenvolvimento de suas respectivas áreas, como têm também exercido um papel educativo no sentido do aprimoramento dos recursos humanos em pesquisa, em função de sua possibilidade de contacto geral com a demanda e as necessidades das áreas. Estas funções têm sido exercidas de diferentes formas e em colaboração com diversas instâncias do CNPq. Se seu papel for reduzido às de classificadores das solicitações, ou apenas de apreciadores, basta contar com os consultores "ad hoc". A especificidade dos Comitês Assessores está justamente nessa possibilidade de visão de um conjunto maior por área, o que torna as análises comparativas viáveis e mais objetivas, o levantamento de problemas e necessidades mais fundamentais, e as sugestões de ações mais pertinentes. Aliás, este Comitê logo após assumir suas funções, em seu primeiro relatório (Reunião de 05 a 09/03/1985) assim se expressava: ". . . um trabalho mais acurado e consistente se faz possível a partir do funcionamento do Comitê que se propõe a assumir funções que excedam os limites da simples análise e do julgamento burocrático de projetos e pedidos. Trata-se de recuperar para o Comitê uma função técnico-científica e pedagógico-acadêmica que assegure um verdadeiro serviço de fomento, de apoio e de estímulo à pesquisa na área da Educação." Continuamos a pensar que é esta função mais ampla que cabe aos C.A., em colaboração com o C.D. e as Diretorias. Isto porque é nos C.A., que se concentram os pesquisadores ativos em suas áreas e que têm contacto constante e direto com seus pares.

Um balanço

Durante o período em que o presente Comitê atuou procurou-se cumprir com a proposta feita de início, de se dar uma contribuição técnica, científica e pedagógica para a área de modo mais amplo. Através da revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) divulgamos nossos critérios de trabalho, bem como levantamos problemas sugerindo reorientações. Estimulamos grupos emergentes e procuramos motivar e apoiar grupos mais consolidados. Esforçamo-nos para que pareceres fossem transcritos para os interessados em casos em que nos parecia imprescindível que isso fosse feito, dado que isto não é uma rotina no CNPq. Contactamos pessoalmente pesquisadores se necessário. Visitamos grupos, fizemos palestras e participamos de debates no correr dos principais eventos científicos da área. Houve pois um esforço aplicado no sentido da melhoria qualitativa da pesquisa educacional e, nos limites do que nos foi possível fazer, cremos que se conseguiu uma boa interação pesquisador-C.A.-CNPq.

Algumas sugestões foram feitas ao longo desse período, as quais ainda consideramos válidas e que queremos deixar arroladas:

- Que cada solicitação fosse alimentada pelo CNPq com um breve "histórico" do pesquisador na casa (solicitações anteriores, concessões, cumprimento de compromissos, etc.).
- Envio a todos os solicitantes, cujo pedido é negado, do parecer do C.A. e/ou dos pareceres "ad hoc".
- Estabelecimento de critérios claros, consensuais para a dotação de cotas.
- Que se estude a possibilidade de implementação sistemática de acompanhamento local de projetos por membros do CA ou consultores "ad hoc" nos casos em que isso se mostre aconselhável.
- Que se mantenha e agilize o Programa Integrado de Educação e o Programa de Intercâmbio de Instituições de Pesquisa em Educação.

QUADRO 1

Bolsas	Nº de Pedidos	Recomendados	Não Recomendados	
Pós-Graduação (Exterior)	2	2	–	
Apoio Técnico	1	–	1	
Pesquisa	47	31	16	
Pesquisa (Reclass.)	2	2	–	
Auxílios				Valor
Pesquisador Visitante	3	3	–	160.233
Viagem	11	7	4	504.115
Pesquisa	12	8	4	920.206
Eventos Científicos	9	7	2	2.258.123

SÍNTESE DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELO C.A.–EDUCAÇÃO

(Período março/85 a abril/87)

Como forma de trabalho, o C.A./Ed., em sua organização interna, decidiu discutir todos os processos de forma colegiada. Esta decisão funda-se na compreensão que o Comitê tem de sua função: trata-se de uma função técnico-científica e educativa. Nesta perspectiva, tem sido preocupação do Comitê dar aos pesquisadores, bolsistas, aos programas de Pós-Graduação e grupos de pesquisa, todas as orientações possíveis. Além de recomendar o envio de pareceres "ad hoc" aos pesquisadores, o próprio Comitê, em muitos casos, oferece orientação específica.

Quanto aos critérios, alguns pontos foram fixados no início e ao longo das reuniões. Abaixo fazemos uma síntese dos mesmos:

Auxílios

a) Para o **auxílio de viagens** para o exterior, o Comitê considerou sobretudo a natureza da viagem e a amplitude de benefícios que poderiam advir, em termos de multiplicação dos resultados. O alto custo de viagens ao exterior foi contrastado à restrição de recursos disponíveis para o apoio a projetos de pesquisa, por vezes, propostos em discretos limites orçamentários, tendo-se em vista a falta de verbas. No caso de participação em conferências ou congressos, fez-se o exame do trabalho que deveria ser exposto, considerando-se sua consistência, sua relevância e sua prioridade, bem como um comprovante do convite e/ou aceitação para a exposição.

b) **Congressos, seminários e outros eventos.** Levaram-se em conta a relevância do evento dentro da área e o seu caráter de abrangência. Analisaram-se a consistência e a articulação da proposta, bem como o efeito de retorno da promoção do evento em termos de apoio a programas, núcleos e grupos de pós-graduação e pesquisa.

c) **Pesquisador Visitante.** Consideraram-se a qualidade reconhecida pela comunidade da área, a comprovada produção científica, além do planejamento do aproveitamento do visitante pela instituição ou grupo solicitante.

d) **Auxílio à pesquisa.** Para o auxílio de pesquisa, a decisão de apoio se firmou sobre a qualidade do projeto: natureza e relevância do tema, clareza na construção do objeto a ser investigado, evidência do domínio do estado da questão na literatura disponível, explicitação da metodologia e procedimentos. Não se trata apenas aqui de preencher um determinado modelo de proposta; o que entra em consideração

é o conteúdo do projeto. O Comitê, para a reavaliação de auxílio, tem se firmado sobre a qualidade da produção da pesquisa em andamento, não se considerando suficiente um simples relatório de atividades ou de processo. Isto pareceu pertinente, dado que existem pedidos novos sem que se tenha, às vezes, um relatório consistente dos pedidos anteriores.

Bolsas

a) **Bolsas de Pesquisa.** Tendo em vista a existência de bolsas de iniciação ou mesmo o apoio à pesquisa, além das bolsas para Mestrado e Doutorado, mecanismos mais flexíveis para candidatos menos experientes, o Comitê entendeu que as bolsas de pesquisa devessem ser dadas, prioritariamente, a pesquisadores com suficiente experiência e comprovada produção na área específica. A concessão de bolsa se firma então, basicamente, na avaliação qualitativa do projeto que o candidato apresenta, utilizando-se critérios de relevância teórica e social, construção clara do objeto, solidez metodológica, evidência de domínio do estado da questão na literatura disponível etc. Tecnicamente não há renovação de bolsa. O pedido de pesquisador que já está no gozo de bolsa de pesquisa é qualificado como um novo pedido. Mas, nesses casos estes pedidos são avaliados pelo avanço no aprofundamento da pesquisa, através do exame de relatórios parciais ou final e da qualidade do novo projeto. O exame do relatório científico do trabalho que motivou a concessão da bolsa é que permitirá decidir sobre a conveniência da nova concessão. Não basta apenas indicar artigos ou outras atividades. A bolsa anterior foi concebida para pesquisa e é o trabalho de pesquisa que será exigido. Presume-se que após 15 a 18 meses de bolsa haja pelo menos resultados parciais.

Além disso cabe observar que há pesquisadores que a cada novo pedido encaminham projetos muito diversos, evidenciando a inexistência de um campo onde o pesquisador avance. O Comitê entendeu se devesse ter como critério de avaliação a real contribuição do pesquisador numa determinada área, ou em áreas compatíveis com sua trajetória intelectual. Observa-se ainda que há bolsistas de pesquisa que já estão no sistema há 12 ou mais anos. Discutiu-se sobre a conveniência de fixar um período máximo, após o qual haveria uma interrupção para dar chance a novos pesquisadores. O Comitê, porém, não tem posição sobre o assunto, devendo ser conduzidas discussões finais precisas para uma definição de critérios.

b) **Bolsas no exterior.** Há hoje uma tendência bastante evidente, na comunidade acadêmica, segundo a qual o Doutoramento no exterior só se justifica em áreas ainda não suficientemente consolidadas ou especialidades inexistentes no país. O Comitê se pautou por esta orientação e também esteve atento para os "casos consumados". Trata-se da estratégia do candidato ir ao exterior para estudar ou para interesses particulares e posteriormente solicitar uma bolsa para fazer o doutorado ou mestrado.

A renovação tem evidenciado também processos intermináveis, em alguns casos, ou então a necessidade de viagens para coleta de dados.

A convicção do Comitê é de se fazer renovação ou concessão destes pedidos somente mediante rigorosa comprovação da vida acadêmica, dada pela Universidade, e ainda do plano de trabalho e de relatórios anteriores do seu desenvolvimento.

C.A. – Educação

Bernardete A. Gatti (Coordenadora)
Gaudêncio Frigotto (Vice-Coordenador)
Thereza Penna Firme
Giselda F. Morais
Arden Zylbersztajn

RELATÓRIO DA SEGUNDA REUNIÃO DO COMITÊ ASSESSOR DE EDUCAÇÃO DO CNPq EM 1987

(Brasília, 2 a 5 de junho de 1987)

Nesta reunião atuaram os novos membros do C.A.: Magda Becker Soares, Luis Antonio Cunha e Maristela Dal Pai Franco, que passaram a compor o Comitê, ao lado de Bernardete A. Gatti, que foi reconduzida, e Arden Zylbersztajn, cujo mandato vai até dezembro do corrente ano. Os novos membros foram inteirados dos procedimentos de rotina e dos critérios de trabalho do Comitê anterior.

Foram analisados nesta ocasião processos referentes a Bolsas de Mestrado e Doutorado no país e no exterior; Pós-Doutorado, Estágio e Aperfeiçoamento/Especialização no exterior; Bolsas de Pesquisa, Iniciação Científica e Aperfeiçoamento (tipo B) no país; Auxílios a Pesquisa, Viagem, Professor Visitante e Congressos, além de casos de reconsideração e atendimento de condições. Lembramos que a recomendação a bolsas de Mestrado no exterior só é feita em casos excepcionais, em áreas temáticas não cobertas pelos Mestrados existentes no país.

Dos auxílios foram atendidos 44% das solicitações. Porém, houve corte interno às solicitações em função de itens orçamentados e que o CNPq não financia. O montante em cruzados recomendados corresponde a 20% da demanda bruta. Estes 20% estão muito

aquém das necessidades da área e da pesquisa em geral no país e precisam ser ultrapassados.

Quanto às bolsas, em termos dos pedidos novos, foram atendidos 60%, tendo privilegiado as bolsas de doutorado no país. Quanto às renovações foram recomendadas 69% das solicitações.

Nos quadros a seguir resumimos os dados relativos às solicitações e recomendações do Comitê.

QUADRO 1
Solicitações de Bolsas

BOLSAS / PESQUISA	SOLICITADAS 4		RECOMENDADAS 1		% DE RECOMENDAÇÃO	
	Novas	Renovadas	Novas	Renovadas	Novas	Renovadas
Aperfeiçoamento (B)	16	10	11	5	62	50
Iniciação Científica	26	1	20	0	77	0
Doutorado – exterior	12	10	10	9	83	90
Mestrado – exterior	9	–	3¹	–	33	–
Pós-Doutorado – exterior	2	2	2	2	100	100
Estágio/Aperfeiçoamento	3	–	0	–	0	0
Mestrado – no país	62	–	31	–	50	–
Doutorado – no país	10	–	10	–	100	–
Total	144	23	87	16	60	69

(1) 1 caso apoiado só com pagamento das taxas.

QUADRO 2
Solicitações de Auxílios

Tipo	Nº Pedidos	Nº de Recomendações	Valores Recomendados
Eventos Científicos	14	9	2.366.755
Pesquisador Visitante	2	1	418.712
Pesquisa	4	1	22.050
Viagem	30	11	779.339
Total	50	22	3.586.865

COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

Três aspectos foram objeto de discussão e consenso durante os Trabalhos do Comitê e ficam aqui registrados.

1. Verbas e distribuição de quotas

O Comitê insiste na necessidade de que as verbas, tanto para financiamento de pesquisas, eventos, viagens, quanto para bolsas, sejam previamente distribuídas, segundo critérios definidos com clareza, com a colaboração dos comitês assessores. Nesse sentido, o C.A. Educação enfatiza a necessidade e importância da Comissão criada para estudar a distribuição das verbas e de quotas de bolsas.

2. Informações necessárias à avaliação das solicitações

As informações com que os C.A. contam para avaliação das solicitações são insuficientes, tornando difícil a tomada de decisão. O C.A. Educação considera fundamental:

a) que se acelere o processo de informatização, de modo que se possa contar, a curto prazo, no processo de avaliação, com informações precisas sobre a trajetória de cada pesquisador, sua produção ao longo dos anos; a natureza e freqüência de sua presença como usuário do CNPq;

b) que se ofereça aos C.As. mais informações sobre os cursos de Pós-Graduação, para fins de distribuição de quotas de bolsas; número de alunos matriculados no curso, número de admissões por ano ou semestre etc., de modo que a concessão de bolsas possa ser feita levando em conta também a relação nº de alunos X nº de bolsas (essas informações podem ser obtidas na CAPES ou solicitadas aos próprios cursos, que as enviariam junto ao formulário de solicitação de bolsas).

3. Divulgação das pesquisas financiadas

O C.A. considera que o investimento que se vem fazendo em pesquisas, pelo menos na área da Educação, não se tem feito acompanhar de uma solicitação do conhecimento produzido, ou em produção. É necessário reforçar os mecanismos já existentes de disseminação dos resultados de pesquisas (insiste-se na importância do Projeto de Intercâmbio de Instituições de Pesquisa em Educação) e criar novos mecanismos. O C.A. Educação enfatiza a importância de distribuição, a instituições de pesquisa e a pesquisadores, de listagens de pesquisas concluídas ou em andamento, e de resumos das pesquisas concluídas, ainda que sob forma graficamente precária (como cópias xerox, por exemplo). Ao lado do foco **no pesquisador** – a relevância e qualidade de seu trabalho – é necessário também dirigir o foco para **a pesquisa**, divulgando seus resultados, para que não só possa ser avaliada por toda a comunidade científica da área, mas também possa contribuir para o avanço do conhecimento e para o enfrentamento dos problemas educacionais brasileiros.

C.A. – Educação

Bernardete A. Gatti – coordenadora
Arden Zylbersztajn
Luís Antonio Cunha
Magda Becker Soares
Maristela dal Pai Franco

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL 1

TEMA GERAL
- Educação Brasileira: dos dispositivos constitucionais às diretrizes e bases 3
- Conferências 3
- Produtos 5

GRUPOS DE TRABALHO 11
- Política do Ensino de 1º Grau 12
- Ensino de 2º Grau 13
- Política do Ensino Superior 15
- Educação Pré-Escolar 16
- Educação Rural 17
- Educação Popular 18
- Educação e Trabalho 19
- Metodologia Didática 20
- História da Educação 21
- Licenciatura 22
- Currículo 23
- Alfabetização 24
- Estado e Política Educacional no Brasil 25
- Endereços dos Coordenadores atuais 27

REUNIÕES DE COORDENADORES 28

ASSEMBLÉIAS GERAIS 35
- Atas 36
- Normas para eleição da Diretoria 38
- Programa de trabalho para a gestão set./87 a set./89 39
- Moções, recomendações e manifestação . . . . . 41 - 43 - 44

INFORME ANPEd 46
- Forum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito 46
- Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita 46
- Proposta Educacional para a Constituinte 48

ANPEd: NOTÍCIAS 51
- 4º Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sudeste 10
- 7º Encontro de Pesquisa em Educação do Nordeste 26
- Grupo de Assessoramento do Programa Integrado "Educação e Sociedade" 51
- Bolsas: cortes e protestos 45

ESPAÇO ANPEd 52

ANEXOS: Relatórios da 1ª e 2ª Reuniões do Comitê Assessor do CNPq, no ano de 1987 53

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO
Secretaria Geral: Rua Dr. Celestino, 74 — 6º andar — 24020 — Niterói/RJ — Tel.: (021) 717-4902
COMISSÃO EDITORIAL: Osmar Fávero, Jésus Alvarenga Bastos, Ira Maria Maciel
COLABORAÇÃO E APOIO: Marília Costa Cruz e José Silvério Baia Horta (FGV/IESAE)